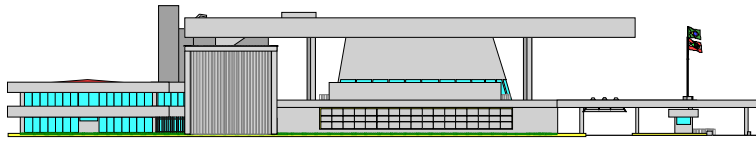


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 30 DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.303

**17ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa  
MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente  
Dado Cherem - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Maurício Eskudlark  
Elizeu Mattos

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin  
Ângela Albino  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Manoel Mota  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-  
Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente  
Ângela Albino  
Altair Guidi  
Sílvio Dreveck  
Jorge Teixeira  
Manoel Mota  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente  
Maurício Eskudlark  
Sargento Amauri Soares  
Kennedy Nunes  
Jean Kuhlmann  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Ângela Albino  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino de Oliveira  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta  
Gilmar Knaesel  
Altair Guidi  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino de Oliveira  
Dirce Heiderscheidt

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Maurício Eskudlark  
Ângela Albino  
Kennedy Nunes  
Ismael dos Santos  
Romildo Titon

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino de Oliveira  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente  
Sílvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Manoel Mota  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Mauro de Nadal  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Dirceu Dresch  
Ângela Albino  
José Nei Alberton Ascari  
Dado Cherem

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XX - NÚMERO 2303</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 058ª Sessão Ordinária realizada em 29/06/2011 ..... 2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa ..... 14</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata da Procuradoria ..... 14 Aviso de Resultado ..... 15 Ofícios..... 15 Portarias..... 17 Projeto de Emenda Constitucional..... 19 Projetos de Lei ..... 19</p>
---	---	---

## PLENÁRIO

# ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Ressalta necessidade de o governo do estado encaminhar PLC com avanços para o Magistério e permitir que os deputados contribuam através de emendas.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Denuncia participação do BNDES na fusão dos grupos Pão de Açúcar e Carrefour; reporta-se à dificuldade para resolver a greve do Magistério.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (aparte) - Prega o envio de PLC sobre o piso salarial do Magistério.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Defende a secretária Ada De Luca.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Engaja-se na defesa da secretária Ada De Luca.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Reporta-se à 2ª Marcha dos Catarinenses.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Declara-se preocupado com os desencontros da greve do Magistério; anuncia viagem a Brasília para tratar da PEC que devolve o poder legiferante dos estados.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (aparte) - Manifesta intenção de emendar PLC que tratará do pagamento do piso ao Magistério.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Volta suas baterias contra a PEC e PL que autorizam o governo a alienar 49% do capital da Casan.

**DEPUTADO DADO CHEREM** - Ressalta a importância dos cursos profissionalizantes na área de TI; estranha a fuga da penitenciária de Fpolis; menciona audiência pública para tratar da SC-411.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Demonstra necessidade de rápida solução para a questão das autoescolas; comenta audiência pública que encaminhou a questão da crise na suinocultura.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) Concorda com a solução expressa pelo deputado Aldo Schneider para as autoescolas.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (aparte) - Cumprimenta atuação do presidente da comissão de Agricultura da Casa.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** (pela ordem) - Anuncia que a Justiça concedeu liminar ao Sinte para pagamento dos dias parados.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Relata sua viagem a São Paulo; discorre sobre a atuação do Fórum Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Pede que o governo negocie para que a greve do Magistério tenha fim.

##### Ordem do Dia

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Pede verificação de quórum.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se Indicação n. 0375/2011, de sua autoria.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Lamenta o assassinato do policial militar Misael Gonçalves.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Josias Terres e Antônio Joaquim Tomazini Filho, de São Bento do Sul.

**LUCIANE CARMINATTI** - Discorre sobre a decisão do juiz Hélio do Valle Pereira acerca de pedido do Sinte.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Opina que o governo precisa assumir sua responsabilidade e atuar como sujeito na construção de uma solução para a crise na Educação.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Explicita sua posição, a do governo e a do Poder Legislativo em relação à greve do Magistério.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Parabeniza a Fiesc que contratou consultoria para apresentar estudo sobre a logística dos transportes em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, há poucos dias foi feito nesta Casa o lançamento de um programa de responsabilidade social, em nome do estado de Santa Catarina, para conferir às socialmente responsáveis um troféu ou um certificado desde que apresentem balanço social e mostrem o compromisso social com seus colaboradores e seu empreendimento.

Louvamos essa iniciativa da Assembléia Legislativa e na oportunidade do seu lançamento citamos uma frase de um livro que lemos recentemente: "Nenhum empreendimento será 100% se os seus colaboradores forem 50%". Ou seja, nenhum empreendimento, deputado Narcizo Parisotto, poderá atingir os seus objetivos, as suas metas, se as pessoas que são a alma daquele empreendimento, os colaboradores, não forem valorizadas em 100%, mas apenas parcialmente. Quando se diz que um empreendimento não é 100% se os seus colaboradores forem 50%, significa que são valorizados apenas em parte.

Por isso, quero traçar um paralelo entre essa manifestação, essa expressão, e as políticas públicas, muito especialmente as políticas da Saúde, da Educação e da Segurança Pública, porque essas áreas foram o tripé da cidadania. Há outras políticas públicas, de outras áreas, também importantes, mas Saúde, Educação e Segurança Pública, com certeza, são prioritárias. E quando se fala em tripé de prioridades, as pessoas que desenvolvem as ações e os serviços específicos dessas áreas devem estar em primeiro lugar.

Esse, inclusive, foi o *slogan* de campanha do candidato Raimundo Colombo, reafirmado no dia 1º de janeiro durante a sua posse no cargo de governador. Eu estive na posse, nesta Casa, e falei ao governador, ao cumprimentá-lo, que o *slogan* era muito bonito, mas que na prática não seria fácil implementá-lo, seria um grande desafio. Desejei ao governador, naquele momento, deputado Ismael dos Santos, que conseguisse implementar o seu *slogan* porque isso significaria um compromisso de governo com os setores prioritários das políticas públicas, especialmente na Saúde, na Educação e na Segurança Pública.

Assim, dentro do espírito de ter as pessoas sempre em primeiro lugar, não pode o governo tirar direitos conquistados pelos servidores dessas áreas. Na Educação, o piso

nacional de salário do Magistério é uma nova conquista, que tem que ser incorporada, deputado Ciro Roza. Mas a incorporação dessa nova conquista não pode ser motivo para a retirada de direitos antigos, como a regência de classe.

Portanto, esse compromisso com a Educação e a Saúde tem que ser mantido. Poderia fazer uma série de considerações em relação à Saúde, uma vez que a nossa comissão tem viajado pelo estado realizando audiências públicas. Estivemos em Criciúma, em Chapecó, no planalto serrano, no vale do Itajaí; visitamos vários hospitais, como o Regional de São José, o Joana de Gusmão e outros e comprovamos os dois principais problemas: gerência e pessoal cansado e desestimulado.

Catarinenses, as unidades hospitalares não têm autonomia administrativo-financeira. O estado não se preocupou, ao longo dos anos, de formar um grupo de elite para gerir os hospitais, que necessitam de uma gestão especializada, já que oferecem serviço de hotelaria e, ao mesmo tempo, com a complexidade dos serviços médicos.

Mas além dos problemas de gestão, há o problema das pessoas, elas estão cansadas, estão sobrecarregadas, sem ser valorizadas, sem reconhecimento profissional.

Quando falamos que precisamos humanizar a saúde, temos que lembrar que essa humanização é uma avenida de mão dupla, porque ao mesmo tempo que é preciso humanizar a Saúde, atendendo bem, acolhendo os pacientes, os seus familiares, humanizando o atendimento, os médicos, os enfermeiros, ou seja, todos os trabalhadores da Saúde precisam ser reconhecidos, respeitados. Os trabalhadores da saúde precisam ser valorizados, precisam ter um sistema de reconhecimento.

Muitas vezes a forma como um paciente é recebido num posto de saúde, num pronto socorro, num hospital, a forma como é acolhido é mais importante do que o antibiótico, do que os exames, do que o soro, do que o tratamento em si, porque o acolhimento já é o tratamento, já faz parte do tratamento. Isso é humanização!

Faço esse paralelismo entre a Saúde e a Educação neste momento que os professores estão vivenciando para dizer que as negociações precisam ser feitas, o governo precisa encontrar uma proposta concreta para encaminhar a esta Casa, porque as duas medidas provisórias que aqui aportaram não têm razão de ser. Uma já foi retirada e a outra também será.

Então, teremos o encaminhamento para esta Casa de um projeto de lei complementar que permitirá aos deputados, juntamente com o movimento dos professores e o governo, contribuir com as emendas necessárias para encontrar uma solução plausível, aceitável, que contemple as conquistas e coloque na linha do tempo o cumprimento das propostas que a Educação está a exigir por justiça e justiça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que nos acompanham neste plenário, hoje a minha esposa pediu

dinheiro para fazer compras no mercado e eu lhe disse para falar com o BNDES.

É lógico que estou fazendo um plágio de uma frase que foi "twitada" por Marcelo Tas. Digo isso porque dois grandes grupos de supermercados, o Pão de Açúcar e o Carrefour, vão-se juntar e formar um apenas. O BNDES, que é um banco público, em vez de fomentar o negócio, quer entrar como sócio. O BNDES que ser sócio de um supermercado com a desculpa de que vai ficar mais fácil introduzir os produtos brasileiros no mercado internacional.

Mas que barbaridade! Se o mercadinho de bairro, que já tem que competir com os grupos, for ao BNDES, vão dar-lhe uma lista de documentos e apresentar dificuldades tamanhas que não vai conseguir nada. Quer dizer, criam dificuldade para o processo não dar certo. E agora vejo o BNDES, banco público, querendo entrar com mais de 30% na compra de ações de um supermercado para se tornar sócio.

É óbvio que o que vou falar tem um pouco de exagero mental, mas quando ouvi que um banco público, do governo federal, quer entrar como sócio de supermercado, logo me lembrei de Hugo Chavez, que quer instalar mercados na Venezuela, para que seus coligados e companheiros de partido tenham comida garantida. Lembrei-me disso, mas é uma bobeira querer estabelecer alguma relação com Hugo Chavez, que dá comida em troca de filiação partidária. Imaginem o BNDES querer participar de supermercado, sendo ligado ao partido do Bolsa Família! Não tem nada a ver, acabamos imaginando coisas.

Mas quero mostrar a minha indignação e da maioria dos brasileiros com relação a esse absurdo. O BNDES não é para isso, não é para ser sócio do maior grupo supermercadista do país que vai mandar no mercado, que vai estabelecer um monopólio.

Tomara que os órgãos de defesa, que analisam os procedimentos desses conglomerados comerciais, manifestem-se a tempo de o BNDES não fazer isso com dinheiro público. O cidadão brasileiro não merece isso, ou seja, um banco público ser sócio de um grupo supermercadista.

Srs. deputados, falo coisas aqui que, queiram ou não, acabam repercutindo, mas é que às vezes estão entaladas na garganta e se eu não falar, posso acabar enfartando. Há horas que não dá para aguentar.

Estou observando muito de fora, deputado Volnei Morastoni, o movimento de greve dos professores do estado. Já disse desta tribuna, e volto a dizer, que sou favorável ao piso, sou favorável ao não achatamento da tabela e à regência de classe. E o governador Raimundo Colombo também é favorável a essas questões.

Eu não sei se enterraram uma cabeça de burro em algum lugar, mas parece que quando se vai desenvolver uma coisa, tudo acaba trancando depois. Se não é de um lado, é de outro. Quantas noites, deputado Narciso Parisotto, já dormi dizendo: amanhã vai dar tudo certo. Mas, quando vemos, tudo voltou tudo à estaca zero.

Então, peço tanto para o Executivo quanto para o Sinte que deixem as vaidades de lado, deixem de medir forças. Não estamos querendo medir forças com ninguém. A Assembleia Legislativa - todos os deputados, todas as bancadas - está disposta a intermediar essa negociação. Não existe ninguém aqui dentro, deputado Volnei Morastoni, que esteja contra isso! Mas parece que quando a coisa desenvolve, desenterram uma cabeça de burro e volta tudo à estaca zero.

Acho que o nosso líder de governo, deputado Elizeu Mattos, concorda com o que estou falando. Há momentos que parece que está tudo bem. Esses dias cheguei ao gabinete do deputado Elizeu Mattos e ele estava feliz da vida dizendo que estava tudo *show* de bola. Logo depois, a sua felicidade acabou.

Entendo que é preciso ter muita sensibilidade neste momento, até porque parece que viramos marisco entre a onda e a rocha. Sinceramente, deputados, o que estou vendo aqui é muita vaidade, não de nenhum dos integrantes desta Casa, seja da Oposição ou da Situação. Estou falando de uma forma muito sincera e muito serena, deputado Moacir Sopelsa. É preciso que as vaidades sejam colocadas de lado, que a responsabilidade aflore e não permita que esta Casa fique de marisco entre o mar e a rocha.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado, com relação aos professores, ao movimento que avança há dois meses praticamente, quero dizer que concordo com v.exa. no sentido de caminhar para um entendimento mais rápido. É importante que o governo continue com as negociações, apresentando uma proposta concreta.

Mas há duas questões básicas: as duas medidas provisórias não resolvem o assunto. Então, que venha um projeto de lei complementar em que sejam consignados os avanços máximos, as conquistas sejam preservadas, porque elas foram conseguidas ao longo dos anos, e que a incorporação do piso salarial tenha a repercussão devida na carreira e que isso se coloque na linha do tempo. Há propostas que poderão ser incorporadas em curto prazo, outras em médio prazo e outras em um tempo maior. É isso!

Acho que esta Casa vai servir para fazer a amálgama final através de um projeto que possa receber emendas. E que os deputados, então, num consenso da opinião pública catarinense, que também avaliza as reivindicações, encontrem a solução final.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Com certeza, sr. deputado, e já coloco aqui que votarei contra qualquer medida provisória relativa a isso, somente votarei quando vier um projeto de lei complementar para esta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham através da TVAL e Rádio Alesc Digital, deputados Kennedy Nunes e Volnei Morastoni, eu os ouvir falar e é difícil quando as coisas não caminham da melhor forma possível. Já tive a oportunidade de dizer que não há quem não lamente essa situação difícil da Educação e do governo.

Sempre escutei, desde criança, que às vezes o sapato do nosso semelhante parece ser melhor do que o nosso. Mas temos que ter consciência, temos que ter tranquilidade, temos que buscar com muita transparência que o governo atenda a um direito dos educadores e faça aquilo que prometeu.

A mesma coisa aconteceu na segunda-feira e no domingo, ocasião em que se viu a dificuldade da nossa companheira e colega, deputada Ada De Luca. Eu disse hoje

que a deputada está como um treinador de um time de futebol que tem dificuldades para escalar 11 atletas para jogar. E a segurança não é um privilégio da Segurança de Santa Catarina. Vemos isso no país todo e, por que não dizer, no mundo todo. Claro que temos compromisso e temos que ver, deputado Kennedy Nunes, a segurança do estado, aquilo que podemos fazer para melhorá-la. Agora, não dá para culparmos uma companheira nossa, que assumiu somente há dois meses a secretaria de Justiça e Cidadania.

Na verdade, as coisas vêm-se agravando há 20, 30, 50 anos e a nossa companheira, felizmente ou infelizmente, preside a secretaria que tem a responsabilidade de atender àquelas pessoas que por um ou por outro motivo estão atrás das grades.

Mas quero dizer a v.exas., deputados, respeitando a opinião daqueles que pensam diferente, que está sobre os ombros dessa mulher uma missão muito difícil. Eu a admiro por ter tido a coragem de aceitar essa missão difícil. Torço por ela, pois tenho certeza de que terá competência de fazer algo melhor para a nossa segurança e para a segurança das nossas famílias, ajudando a minimizar essa situação difícil e caótica por que passam os presídios do nosso estado.

E repito aqui, não é um privilégio de Santa Catarina, é uma questão do país, é uma questão mundial, pois cada vez mais estamos sentindo a falta que faz uma família bem constituída, assunto esse que tive a oportunidade de levantar várias vezes desta tribuna. Temos que voltar um pouco no tempo e lembrar a formação que tivemos, aquilo que nossos pais nos ensinaram. Muitos daqueles que hoje estão presos, que estão atrás das grades, que por um motivo ou outro a Justiça entendeu que fizeram por merecer estar ali, podem ser recuperados.

Vemos a imprensa cobrando, e é justo que o faça, é um direito seu, mas temos que ter a sensibilidade de ver o trabalho desta companheira, da nossa abnegada deputada Ada De Luca que, tenho certeza, fará o melhor que puder.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, ao acompanhar, hoje, o seu pronunciamento, ouvi v.exa. dizer que as coisas já vem-se agravando há 50 anos e eu digo que há mais de 100 anos. Lembro que em 2003 havia quatro mil vagas nos presídios e hoje ultrapassa dez mil vagas. Então, muito mais pessoas foram presas.

Acompanhando, ontem, o noticiário, pude ver que estão mudando, inclusive, as leis para aqueles que não foram julgados ainda ficarem em casa com acompanhamento, esperando o julgamento com uma tornozeleira na perna, porque faltam, no Brasil, vagas nos presídios.

A questão prisional é um problema do país, não é um problema somente de Santa Catarina. Sei do empenho da deputada Ada De Luca. Faz um mês e meio que ela assumiu a secretaria, está montando a sua equipe agora e há uma preocupação do governo com a questão prisional, tanto que na reforma administrativa foi criada a secretaria da Justiça e Cidadania, justamente pensando num melhor atendimento, deputado Moacir Sopelsa, a esse problema.

A deputada Ada De Luca assumiu há pouco tempo a pasta da secretaria, a equipe ainda está tomando pé da situação e não podemos culpá-la por uma fuga que já ocorreu

em outras épocas. Daqui a pouco a deputada será culpada pela fuga, mas não foi ela que abriu a porta do presídio. Acho que devemos ter um pouco de cautela, dar um tempo, pois há necessidade disso para se repensar todo o sistema prisional.

Entendo que foi um ato de coragem da deputada Ada De Luca sair daqui para assumir a pasta da Justiça que, todos sabem, é uma bomba não apenas em Santa Catarina, mas no Brasil. Mas ela teve a coragem de sair do Parlamento dizendo que iria contribuir e tentar fazer o melhor. Ela tem-nos consultado, pois temos uma aproximação grande por causa do partido, para saber quais são as ideias que podemos dar para a secretaria e o que ela pode fazer, e isso é importante. Há vontade, por parte da secretária, de melhorar, deputado Moacir Sopelsa, e de ajudar no equacionamento do sistema prisional do estado.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos, pelo seu aparte.

Quero reafirmar que precisamos construir uma vida diferente para as pessoas. Se ao longo de 500 anos não conseguimos fazer, já é tempo de começar.

Tenho certeza de que o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira sabem disso, porque qualquer pessoa que sair às ruas e perguntar qual a maior necessidade da população, não tenho dúvidas de que falarão das dificuldades na Saúde e da falta de segurança.

Por isso quero deixar aqui registrado que sei das dificuldades e da importância que tem a segurança, mas também quero reafirmar a vontade da secretária Ada De Luca de acertar, de fazer o melhor, para dar uma vida mais justa e...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, gostaria de aproveitar este espaço e trazer presente à tribuna exatamente aquilo que neste momento está acontecendo em Santa Catarina, que é a 2ª Marcha dos Catarinenses, organizada pela coordenação dos movimentos sociais do nosso estado.

No dia 28 de abril de 2010, nesta capital, foi realizada a 1ª Marcha dos Catarinenses, organizada e mobilizada pela coordenação dos movimentos sociais do nosso estado. Essa é uma atividade que traz presente várias reflexões, vários debates, que estão pautados à luz dos movimentos dos sem-terra e dos atingidos pelas barragens. Esses são alguns tópicos prioritários na luta desses diferentes movimentos.

As reivindicações são pautadas de acordo com a diferente realidade e conjuntura vivida por cada um dos movimentos. O MAB, por exemplo, Movimento dos Atingidos por Barragens, traz presente o respeito que deve haver por todas as famílias que são atingidas em cada uma das barragens construídas no nosso estado. É claro que esse respeito aos atingidos vem alicerçado de várias medidas no sentido de garantir, além da vida digna às famílias, a construção e a definição de um novo modelo energético para o nosso país.

Parece-me que aqui se concentra a ideia central dessa grande debate. O modelo que aí está é importante e tem servido, mas



não podemos esquecer que milhares e milhares de famílias pagaram um preço muito alto e que a grande maioria delas não está sendo beneficiada pelas riquezas. Ao contrário, através do sofrimento e da expropriação dessas famílias se produziu o modelo energético que hoje temos em nosso país.

É preciso que se busquem novas alternativas de produção energética. Nesse sentido, temos algumas iniciativas como, por exemplo, os biodigestores, que além de propiciarem uma produção energética autossustentável, resolvem o problema que os dejetos de suínos provocam no meio ambiente. Então, o biodigestor é uma das alternativas da produção de energia de uma forma autossustentável.

Lembremos também das inúmeras experiências que há de energia solar em várias regiões do nosso estado e país. E aqui tem que haver o reconhecimento de milhares de famílias que têm investido na energia solar e que hoje, com um investimento baixíssimo, são autossuficientes em energia para aquecimento de água para as diferentes necessidades na propriedade.

Há, ainda, a própria energia eólica, além de algumas experiências no estado que estão avançando cada vez mais.

Por isso, a 2ª Marcha Catarinense organizada pelos movimentos sociais vem pautar exatamente essas novas alternativas energéticas tão necessárias para a sociedade na qual vivemos. É claro que, além disso, há a questão da expansão da reforma agrária, mas não somente no que toca à distribuição da terra, mas de políticas públicas para fazer com que aqueles que foram assentados ou que estão em pequenas propriedades tenham condições mais dignas de sobreviver em seu pedaço de terra.

Além disso, soma-se à 2ª Marcha dos Catarinenses a questão do Magistério estadual, porque toda essa grande caminhada é a luta pela vida, em defesa da vida, para que haja mais dignidade e mais justiça na sociedade da qual fazemos parte.

Então, fica aqui o nosso reconhecimento a essa importante mobilização. Estaremos juntos nessa caminhada na defesa e na garantia do direito à vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, ainda sobre essa questão da greve, deputados Elizeu Mattos e Dado Cherem, queremos dizer que todos estamos extremamente preocupados, porque a expectativa, deputado Sargento Amauri Soares, depois da reunião de segunda-feira, era, e continuando sendo, de promovermos um gesto, aguardando também da categoria e do sindicato outro gesto, para que no encaminhamento do PLC se possa efetivamente avançar, deputado Volnei Morastoni, e criar uma solução aqui até dezembro e outra definitiva de janeiro em diante.

A categoria precisa de prazos também e de compromissos e da parte do governador Raimundo Colombo, disse e repito, e não tenho dúvida disso, há uma angústia e um desejo muito grande de resolver esse impasse no menor espaço de tempo possível.

Agora, ficamos preocupados quando vemos esses desencontros, deputado Kennedy Nunes. Temos que sentir e ter uma linguagem somente, porque sabemos que este momento angustia todos. Ninguém está feliz com isso, deputado Elizeu Mattos!

Disse ontem e repito hoje que há 40 parlamentares aqui, mas todos com apenas um propósito: construir uma saída para esse impasse. Não foi nenhum de nós que construiu isso, nem o atual governo, mas temos que resolver e ser partícipes da construção da solução, deputado Dado Cherem. Temos dado demonstrações de que estamos dispostos a fazer a nossa parte. Quando, naquela reunião encaminhada pelo deputado Gelson Meresio, em nome do Poder, num entendimento suprapartidário, decidimos que iríamos puxar para nós a questão da retirada do Fundeb da base de cálculo da receita corrente líquida, foi o Poder Legislativo se posicionando, esquecendo as divergências político-partidárias, esquecendo a condição de Situação ou Oposição de cada um. Foi o Parlamento dando a sua contribuição e com isso viabilizando, já a partir de janeiro do ano que vem, o atendimento da metade da manutenção da regência de classe que o professor não quer perder, porque sabe como foi conquistada na última grande greve do Magistério, em 1986. Sei disso porque já estava na categoria. Ingressei no Magistério em 1983, fiz o concurso em 1984, fui efetivado em 1985 e em 1986 tivemos, ainda no final do primeiro governo de Esperidião Amin, aquelas últimas conquistas, diga-se de passagem, a duras penas. Foram 67 dias de greve.

Então, estamos num impasse e nessa dificuldade de resolver o assunto daqui até janeiro. De fato não dá para mexer no orçamento dos poderes no ano em curso, não há como, deputado Volnei Morastoni. V.Exa. presidiu esta Casa e sabe que ninguém está radicalizando. Agora, é preciso que haja por parte do comitê gestor do governo esse esforço para cada um dar a sua cota de sacrifício e achar uma solução que possa atender a todos, senão na plenitude, mas cada um cedendo um pouco, dando a sua contribuição de sacrifício, para que a partir de janeiro se possa atender integralmente a essa decisão judicial e, acima de tudo, a esse direito dos servidores.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Joares Ponticelli, já dei um aparte semelhante num pronunciamento do deputado Kennedy Nunes hoje, dizendo que esse entendimento ainda está em andamento no governo, e espero que avance mais.

Ao remeter para esta Casa um projeto de lei complementar, o governo delega ao Parlamento uma responsabilidade, da qual não nos furtamos, pois a Casa tem exercido o seu papel de mediadora na busca do entendimento. Agora, temos que ter o direito de emendar o PLC para que possamos exatamente exercer esse entendimento. E há duas premissas: a manutenção das conquistas, que já vêm de longos anos de lutas; e a linha do tempo: curto, médio e longo prazos.

Quanto à retirada do Fundeb da base de cálculo do duodécimo dos poderes é algo que não pode ser feito até o final deste ano, mas tem repercussões que podem acontecer a partir de janeiro.

Portanto, tudo se trata de um entendimento sobre como distribuir essas reivindicações justas na linha do tempo.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni, realmente essa é a contribuição que estamos dando, fazendo valer de fato o nosso papel. É aqui que se define a linha de orientação da proposta orçamentária que virá para cá em setembro e que vai ser votada até o início do recesso, em dezembro.

Então, acho que estamos fazendo a nossa parte. Repito: não tenho dúvida, deputada Dirce Heiderscheidt, da vontade, da angústia e do desejo do governador de resolver essa questão no menor espaço de tempo possível. Agora, espero, sinceramente, que aqueles que cercam o governador, que integram o comitê gestor, também possam, deputado Kennedy Nunes, reconhecer o esforço que esta Casa tem feito no sentido de, definitivamente, construir uma proposta que ponha um fim a essa angústia, deputados Moacir Sopelsa, Reno Caramori e Padre Pedro Baldissera.

Para encerrar, quero informar, sr. presidente, que estarei, em seguida, deslocando-me para Brasília, porque amanhã haverá mais uma rodada de acompanhamento, no Senado da República, juntamente com a diretoria da Unale, da tramitação da PEC que apresentamos há pouco mais de 20 dias, deputado Volnei Morastoni, subscrita por 16 das 27 Assembleias Legislativas do Brasil, que tem como objetivo resgatar o poder que foi, ao longo do tempo, e principalmente com a Constituição de 1988, retirado não das Assembleias, mas dos estados federados. Não queremos concorrer, não queremos tirar poderes e prerrogativas do Congresso; queremos legislar de forma concorrente porque sabemos que lá as coisas levam muito tempo para acontecer.

Veja a reforma política, deputado Volnei Morastoni. Estou entrando no 13º ano de mandato de deputado; com dois de vereador são 15 anos de mandato e estou há 15 anos ouvindo essa máxima de que no ano que vem a reforma política vai sair. Não vai sair de novo, já perdi as esperanças, porque é muito blablablá e pouco resultado. Se as decisões estivessem mais próximas do povo, se estivessem aqui no Parlamento, certamente os estados brasileiros estariam muito mais evoluídos do que estão. Não podemos mais manter essa concentração da legislação e do dinheiro em Brasília. Temos que fazer com que os estados sejam fortalecidos, e é nessa linha que vamos trabalhar esses dois dias em Brasília.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, ocupo a tribuna para iniciar o debate acerca de um assunto sobre o qual esta Casa terá que se debruçar com muito carinho, com muito cuidado, com muita sapiência e, principalmente, com muita responsabilidade com o futuro.

O governo enviou a esta Casa uma proposta de emenda constitucional e um projeto de lei complementar que afetam diretamente a Casan. Mas não somente a Casan, obviamente na sequência, e está claro para nós, afetará também a Celesc.

A emenda constitucional diz respeito à outra emenda constitucional à qual tive o

privilegio, quando, como suplente, ocupei uma cadeira de deputada, de votar com uma emenda do presidente da Casa, deputado Gelson Merisio, que determinou que qualquer alienação ou transferência do controle acionário das empresas públicas de Santa Catarina dependerá, obrigatoriamente, de autorização legislativa, com posterior consulta popular sob a forma de *referendum*. A outra emenda constitucional diz que somente com a Celesc é que vai acontecer isso.

Aprovamos aqui uma emenda constitucional no final do ano passado, no governo de Leonel Pavan, e tão logo o novo governo tomou posse virou pauta prioritária mudar essa emenda constitucional para dizer que somente a Celesc é que fica nessa condição. Ou seja, coloca a Casan na berlinda.

Temos discutido com os companheiros da Celesc que é óbvio que se trata da boa e velha técnica que Sun Tzu já definiu há milênios na China: dividir para conquistar. Primeiramente vão fazer com a Casan, e se os companheiros da Celesc não tivessem entendido o alcance, depois farão com a Celesc. Felizmente, os dois sindicatos já estão trabalhando juntos.

No que diz respeito à Casan, os termos do Projeto de Lei n. 0236/2011, são os seguintes:

(Passa a ler.)

“Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a firmar com o licitante vencedor, adquirente das ações da Casan, um acordo de acionistas, bem como promover a adaptação do Estatuto Social da companhia, para regular o relacionamento entre o estado de Santa Catarina e os sócios minoritários.”

Estou de posse de uma nota que o Sintaema propôs, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Vale lembrar que idêntica operação foi efetuada pelo ex-governador Jaime Lerner, do DEM do Paraná, e Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais, quando venderam parte das ações da Copel, Sanepar e Cemig, respectivamente.

Eles também efetuaram o tal acordo de acionistas” - e vejam que não tiveram nem a criatividade de trocar o nome -, “dando amplos poderes aos sócios minoritários, idem ao proposto pelo governador Raimundo Colombo.

Entretanto, os governadores que os sucederam, Roberto Requião, no Paraná, e Itamar Franco, em Minas Gerais, classificaram essas operações como criminosas e, tão logo tomaram posse, anularam essa negociata porque consideraram que foi um crime contra o erário.”

Outro questionamento do Sintaema:

(Continua lendo.)

“Por que mudar a Constituição se o governo diz que o estado de Santa Catarina continuará sendo o sócio majoritário?”

O governo diz que vai vender 49% das ações da Casan com direito a voto. Entretanto, remete projeto de emenda constitucional excluindo da Constituição Estadual artigo que exige autorização legislativa e referendo popular para o caso de proposta de troca do controle acionário da Casan e da Celesc.

A verdade é que, na prática, o governo perde o controle, ainda mais com o tal acordo de acionistas. Por quê? Porque o governo exclui a população de opinar sobre o destino destes dois expoentes do patrimônio catarinense: a Celesc e a Casan.

Nós, povo catarinense, que construímos a Celesc e a Casan, temos que defender essas duas empresas como patrimônio do povo de Santa Catarina.”

Queremos disputar no campo das ideias com cada um dos 31 deputados da base do governo. Reporto-me novamente aos exemplos de Minas Gerais e do Paraná, onde o PMDB sabiamente anulou os atos dos governos anteriores, classificando, tanto Itamar Franco quanto Roberto Requião, como atos criminosos de venda de patrimônio público.

É assim que vamos tratar o tema, sr. presidente, é assim que vamos chamar à reflexão os companheiros que, embora sendo da base do governo na Assembleia Legislativa, têm compromisso com o que é dos catarinenses.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Ocupe a tribuna na tarde de hoje, sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, para falar de temas que considero importantes para o nosso estado, particularmente para algumas regiões nas quais tenho mais forte representação parlamentar.

Início, sr. presidente, falando sobre os jovens e seu empregos. Lembro-me de que quando fiz o vestibular para adentrar à faculdade, algumas carreiras eram as mais procuradas: Direito, Engenharia, Medicina, Odontologia, Arquitetura, Agronomia. Fomos criados na visão de que essas carreiras é que garantiriam um futuro estável.

Deputado Gilmar Knaesel, hoje é muito diferente a realidade da juventude. Chego a ousar dizer que nossos filhos e netos já nascem conectados com o mundo virtual. Qualquer criança de dois ou três anos já coloca seus dedinhos sobre um *notebook* ou um *I-Pad* e procura as novidades que a tecnologia tem a oferecer.

Deputado Padre Pedro Baldissera, o jovem pobre, que não tem condições de arcar com o custo de uma escola particular, enxerga no ensino médio uma ponte que a cada dia torna-se mais longa, tornando mais remoto o alcance do seu sonho. Portanto, vejo no ensino profissionalizante do 2º grau a chance desse jovem exercer uma profissão, conseguir uma subsistência digna dos seus anseios. E vejo isso nas profissões voltadas para a tecnologia de informação ou de inovação, como queiram, voltadas para o agronegócio, o agrocomércio, a agricultura familiar, mas deve ser algo atraente, não enfadonho, tem que ser uma profissão que lhe dê esperança de pelo menos ter um salário digno.

Hoje os empregos de técnico oferecem, sim, salários dignos. Para se ter uma idéia, em Florianópolis há uma demanda reprimida de duas mil vagas que não são preenchidas por falta de mão-de-obra, justamente nas áreas da tecnologia da informação, como analista de sistemas. Esse tipo de profissão paga, no início da carreira, de R\$ 1.600,00 a R\$ 2.000,00, podendo chegar a R\$ 5.000,00 ou R\$ 6.000,00 com facilidade. E não temos jovens para ocupar essas funções. Então, o que falta? Falta uma política de governo que atinja principalmente aquele jovem que quer ter essa oportunidade e não tem condições.

Conversei muito ontem com o secretário Paulo Bornhausen, que está com essa visão, está focado nisso, além do desenvolvimento sustentável, mas também para a área de tecnologia. Inclusive, surpreendi-

me com os projetos que lá estão e quero avançar um pouco mais.

Em função disso, vou promover no segundo semestre uma audiência pública voltada para o ensino médio público e para as tecnologias da inovação como fonte de emprego e de renda, pensando naquele jovem que não tem como pagar, voltado para aquele jovem que não sonha mais, que não quer saber de fazer uma faculdade e muitas vezes não quer ocupar uma profissão que hoje é ofertada no mercado.

Estou indo a Brasília e quero convidar a secretaria tecnológica do ministério da Educação para participar dessa audiência pública, convidar também os srs. deputados com as experiências das suas regiões, para que possamos, sim, ofertar emprego para esse jovem que não precisa mais esperar por um curso universitário para ter uma profissão. Com um emprego desses, srs. parlamentares, um jovem de 17 anos pode ganhar muito mais do que um pai ou uma mãe que tem 20 ou 30 anos de profissão, de trabalho árduo e difícil.

Quero também falar sobre outro tema pertinente, noticiado pela imprensa nos últimos dias, ou seja, as fugas na penitenciária de Florianópolis, que realmente me causaram alguns pontos de interrogação, uma vez que tem acontecido com certa frequência.

Não estou aqui defendendo a deputada Ada De Luca, não tenho procuração para isso, não sou do PMDB, também não estou defendendo o coronel Luiz Botelho, a quem conheço e sei da competência e da eficiência, como conhecemos também a deputada Ada De Luca. Mas há alguma coisa esquisita, presidente Moacir Sopelsa, nisso! Não estou conformado com isso, acho que está havendo alguma mudança de postura e que isso está incomodando alguém. Acho que alguém está perdendo os privilégios, porque isso não está certo. Há alguma coisa esquisita, isso impossível! A secretária assumiu há um mês e pouco e está passando por uma prova de fogo extremamente pesada, uma carga muito forte. É um cargo difícil, muito difícil! Mas há muitas pessoas com técnicas apuradas para ajudar a construir. Agora, que está meio esquisito está, sr. presidente. Repito, acho que há pessoas perdendo privilégios e tem rato começando a pular do navio. Acredito que seja isso. Não estou aqui defendendo ninguém, acho que a deputada sabe defender-se. Mas há alguns pontos de interrogação que não estão sendo respondidos. Acredito que está havendo perda de privilégios, mudança de posturas e isso está incomodando alguém.

Sr. presidente e srs. deputados, para encerrar, gostaria de abordar a audiência pública de que participamos, no município de Tijucas, para falar sobre a SC-411, uma vez que em seis anos houve um aumento de 200% dos óbitos naquela rodovia que liga Tijucas a Nova Trento, a terra da Santa Paulina.

Com certeza, sr. presidente, isso nos preocupa. Aquela rodovia tornou-se muito violenta porque São João Batista cresceu muito, assim como a cidade de Nova Trento, e são muitos os veículos que cruzam o centro daqueles municípios.

Estou convidando o secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, para que percorra conosco aquela rodovia e que dê uma atenção especial a ela. Tenho certeza de que o secretário não vai furtar-se disso para diminuir os problemas daquela região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação voltar à tribuna desta Casa para relatar um pouco das atividades que estamos desenvolvendo, juntamente com os nossos pares, na presidência da comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa.

Além de várias ações, realizamos na última quarta-feira, no plenário desta Casa, uma audiência pública sobre a carne suína em Santa Catarina e no Brasil, ocasião em que foram adotadas algumas providências, entre elas uma reunião na sala da Presidência da Assembleia Legislativa com representantes de segmentos importantes para a solução desse problema que aflige os suinocultores catarinenses.

Tivemos a presença da Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS; do Sindicato Indústria de Carne e Derivados - Sincarne; da Associação Catarinense de Supermercados - Acats; da secretaria da Agricultura e Política Rural, através de um servidor representando o secretário João Rodrigues, e da secretaria de estado da Fazenda. Tivemos também a participação dos deputados Moacir Sopelsa, Neodi Saretta, Dirceu Dresch e Dóia Guglielmi.

Uma das ações que buscamos, através do entendimento conjunto com os srs. deputados e as pessoas que participaram do evento, foi o encaminhamento de duas moções por parte desta Casa, que estão sendo aprovadas no dia de hoje, para o ministério da Agricultura e Política Rural, para a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab -, referentes à liberação do milho, que é um dos componentes mais importantes no preparo da ração e, conseqüentemente, no custo da produção.

Foram definidas outras ações entre o Sincarne e a Acats, que estão fazendo uma reunião ainda esta semana para definir uma campanha publicitária em Santa Catarina para aumentar o consumo de carne suína no estado. Obviamente, com o aumento do consumo estaremos buscando minimizar o impacto do custo financeiro da produção de suíno.

Outra questão que estamos discutindo amplamente e que, inclusive, começamos as tratativas no dia de hoje, numa reunião com o secretário da Educação, com o secretário da Justiça e Cidadania, com o secretário da Saúde, com o comando-geral da Polícia Militar, é no sentido de que em todas as refeições servidas no estado, através desses órgãos, seja oferecida, pelo menos uma vez por semana, a carne suína. Isso é uma obrigação constitucional, seja na Educação, na Justiça, através das penitenciárias, nos batalhões da Polícia Militar e em todos os órgãos em que o estado fornece alimentação. Essa reunião está sendo programada para, quem sabe, na próxima semana, os secretários titulares dessas pastas possam buscar o entendimento a partir das empresas que terceirizam esse trabalho em Santa Catarina, para que se acrescente no cardápio a carne suína.

Gostaria de deixar bem claro que a comissão de Agricultura e Política Rural tem

atuado fortemente nessa área, pois temos que agir rápido, muito rápido, até porque é uma forma de protegermos um pouco a agricultura catarinense.

Peço o amparo e a aprovação dos nossos pares na Casa para que no dia de hoje aprovemos as indicações a que nos referimos.

(Passa a ler.)

"A Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, acolhendo proposição dos membros da comissão de Agricultura e Política Rural, apelam a v.exa. pela adoção de medidas, tais como: a liberação de milho dos estoques da Conab acima do que está previsto para a primeira quinzena do mês de julho; a prorrogação dos prazos de pagamento dos financiamentos de custeio e investimento efetuados para a produção de suínos; a abertura de linhas de crédito que permitam que os produtores se mantenham na atividade até a regularização do mercado; a adoção de medidas que permitam maior consumo de carne suína nas instituições públicas, bem como a inclusão de carne suína na merenda escolar; a criação de campanha oficial nacional visando ao aumento do consumo de carne suína no país; e a redução da taxa de consumo de energia elétrica para os suinocultores no período das 22h às 6h."[sic]

Essa proposição está assinada pelos deputados membros da comissão de Agricultura e Política Rural, acrescentando-se ainda os deputados Moacir Sopelsa e Neodi Saretta, que também foram propositores.

Essa é uma das ações que estamos encaminhando, a partir da aprovação dessa proposição, aos órgãos responsáveis pela adoção das medidas que aqui estamos sugerindo.

Então, gostaria de solicitar a manifestação e obviamente a aprovação dos deputados e deputadas, para que a comissão de Agricultura e Política Rural, que representa este Parlamento com referência às ações agrícolas em Santa Catarina, possa efetivamente fazer com que rapidamente aconteça alguma coisa em benefício dos nossos suinocultores.

Além disso, gostaria de tratar de um assunto sobre o qual estamos há alguns meses debatendo nesta Casa, que são os centros de formação de condutores, as autoescolas.

Ontem, através da comissão de Esportes desta Casa, fizemos uma audiência pública, ocasião em que os segmentos que representam a categoria das autoescolas aqui estiveram. Foi sugerido que durante uma semana paralisássemos o edital público para que o Detran possa fazer as alterações sugeridas pelas instituições que representam as autoescolas.

Gostaria de colocar minha opinião sobre esse assunto e, logicamente, não é somente minha opinião, mas é o fruto do trabalho que culminou com toda a atividade surgida por parte da comissão de Transportes.

Acho pertinente o envolvimento dos segmentos organizados para que, juntamente com o Detran, discutam a real eficácia desse edital que está circulando em Santa Catarina, para que a discussão das pessoas envolvidas nessa situação chegue a bom termo, ao consenso, e que o governo do estado, através do Detran, acate as proposições de uma forma que possamos atender a toda sociedade catarinense no quesito de prestação desse serviço.

Gostaria de dizer a todas as entidades que representam essa categoria que durante muitos anos estivemos buscando o entendimento. Através de uma proposição

formulada por este deputado e pelos deputados Maurício Eskudlark e Sargento Amauri Soares, conseguimos elaborar, através da figura do secretário de estado da Segurança Pública, do diretor-geral do Detran, da Procuradoria-Geral do Estado e do Ministério Público, na figura do procurador-geral de Justiça e, depois, do dr. Aor, um termo de ajustamento de conduta para regulamentar o cumprimento da lei criada neste Parlamento em 2006.

Então, gostaria de solicitar aos quatro órgãos que representam os centros de formação de condutores que, se possível, cheguem a um entendimento, pois isso acontecendo, com certeza, faremos um trabalho nesta Casa no sentido de que o Detran acate as sugestões e resolva de uma vez por todas a questão das autoescolas.

Caso não haja entendimento por parte dos órgãos que apresentam as sugestões, vou propor nesta Casa, através de parceria com vários deputados, a revogação da lei que instituiu a obrigatoriedade de licitação pública para o funcionamento de autoescolas.

Por que vou propor isso? Porque somos o primeiro estado da federação que adotou o sistema de licitação para regulamentar o funcionamento das autoescolas e, obviamente, se esse trabalho funciona em todos os outros estados, por que em Santa Catarina não funcionaria? Até porque temos o Código Nacional do Trânsito que regulamenta muito bem a situação e temos o Detran como autoridade estadual para credenciar o serviço e para fiscalizá-lo.

Então, estou usando o horário do partido para fazer essa proposição, para tornar pública a minha intenção de, caso não haja entendimento por parte de todos os atores envolvidos, que são os quatro segmentos, na elaboração das sugestões desse novo edital, propor a revogação da lei aprovada por este Parlamento em 2006.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Quero dizer que sou solidário ao discurso de v.exa. Infelizmente não pude participar da audiência pública, pois tive reunião na Presidência para discutir a questão da suinocultura.

Quero dizer, contudo, que já recebi muitas visitas, inclusive do meu município, que tem menos de 10 mil habitantes e que por isso que não teria direito a ter uma autoescola.

Então, somos da opinião de que essas autoescolas devem, sim, funcionar. Inclusive, estamos juntos na luta para que possamos tirar o processo de licitação que, na nossa avaliação, não é justo, e para que o Detran fiscalizem e acompanhem o funcionamento das autoescolas. Hoje, na minha avaliação, elas estão funcionando bem. Inclusive, temos tido poucos problemas, poucas denúncias na questão das autoescolas do estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado pela intervenção, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - O meu aparte refere-se à primeira parte do seu discurso.

Gostaria de parabenizar v.exa. como condição de presidente da comissão de Agricultura, pois tem conduzido os nossos encontros para debater a problemática da suinocultura com muita competência. E esperamos que de fato surjam medidas que provoquem resultados estaduais e nacionais.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Obrigado pelo aparte de v.exa., nobre deputado.

Então, retomando o assunto do centro de condutores de veículos, vamos aguardar a manifestação por parte das entidades. Não havendo consenso, já estou antecipando-me no anúncio dessa medida e obviamente conto com o apoio dos nossos colegas deputados nesse sentido, para que definitivamente deixemos as pessoas trabalhar, responsabilizando o Detran pela fiscalização.

Independentemente de licitação ou não, o Detran é que tem a responsabilidade de conceder os alvarás de funcionamento e a fiscalização de estar sendo bem cumprido ou não. Então, entendo que temos que tomar algumas decisões, e logicamente a decisão que entendo que vá atender a todas as partes envolvidas nesse assunto da formação de condutores de veículos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Gostaria de dar uma informação a todos os presentes e à deputada Ana Paula Lima também.

Neste momento o Sinte acaba de ganhar uma liminar na Justiça e o governo do estado tem três dias para fazer o pagamento dos dias paralisados em folha suplementar.

Acho que é uma demonstração de que a greve é legal, justa, legítima e que a justiça se fez neste momento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, depois da intervenção da deputada Luciane Carminatti, temos que começar também falando sobre a greve.

Continuamos solidários ao movimento e temos buscado o entendimento com o governo do estado. E lamento, deputada Luciane Carminatti, porque ontem estávamos quase chegando lá, havíamos feito uma proposta interessante através do presidente desta Casa, que era boa para todas as partes, para o governo do estado, para os professores, para o magistério, enfim, uma proposta avançada. Em especial na questão da regência de classe, que me parece que seria a grande dificuldade, o grande obstáculo, hoje, a ser vencido. O professor retornar para a sala de aula com essa conquista ou, pelo menos, a manutenção desse direito que já tinha no passado.

Infelizmente, por razões que neste momento não me cabem comentar, não tenho

autoridade para fazê-lo agora, não foi possível avançar naquele instante. Mas continuamos insistindo, esperando da parte do governo uma reabertura do diálogo para que possamos nas próximas horas, quiçá amanhã, ter uma solução positiva para a questão da greve dos professores, a fim de que os alunos voltem às salas de aula.

Ocupamos, sr. presidente, srs. deputados, o espaço do nosso partido, neste momento, na verdade até para justificar a nossa ausência ontem, na sessão plenária desta Casa. Chegamos no final, porque acompanhamos o presidente, juntamente com mais cinco deputados estaduais, a uma visita a São Paulo, a convite do prefeito Gilberto Kassab, para tratar da transição que está ocorrendo do Democratas para o PSD.

Recebemos boas informações, por parte do prefeito, no que diz respeito à formação do PSD no Brasil. Hoje já temos a sinalização de 47 deputados federais, 100 deputados estaduais e mais de 100 prefeitos somente no estado de São Paulo. Em Santa Catarina, certamente, vamos ultrapassar o número de 50 prefeitos. Além disso, o PSD já está com suas comissões provisórias em 20 estados e em Santa Catarina em mais de 100 municípios.

Formalizamos o convite ao prefeito Gilberto Kassab para vir ao nosso estado e ele se comprometeu estar aqui no próximo dia 9 de julho, quando teremos a convenção do PSD e a formatação definitiva do partido no estado de Santa Catarina.

Aproveito, sr. presidente, srs. deputados, para fazer um convite especial aos colegas que fazem parte da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, como também aos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio Alesc Digital, para mais uma audiência pública que estaremos realizando. Já o fizemos na cidade de Chapecó, com absoluto sucesso, e na cidade de Lages, com a presença de mais de dez prefeitos e dezenas de vereadores. Agora vamos para Joinville, nesta sexta-feira, dia 1º de julho, a partir das 19h, no plenário da Câmara Municipal. Será a terceira audiência da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas e vamos contar com a presença de prefeitos e vereadores de vários municípios da região.

Quero mais uma vez estender o convite aos deputados para que prestigiem essa audiência pública na cidade de Joinville, em especial os profissionais que atuam na área da Saúde, nos Caps, nas comunidades terapêuticas, os profissionais da área da Segurança, policiais civis, policiais militares, e também os técnicos da área de Assistência Social. Enfim, queremos fazer um grande debate sobre o combate e a prevenção das drogas naquela região.

Coincidentemente, no dia de hoje, os jornais noticiaram o desmonte de uma grande quadrilha de narcotraficantes que atuava a partir de Joinville e tinha tentáculos em vários estados do país. E isso nos leva mais uma vez ao desafio não somente de debater, mas de promover as políticas públicas no que diz respeito ao combate e à prevenção das drogas.

Portanto, fica aqui o convite para que nesta sexta-feira, dia 1º de julho, a partir das 19h, compareçam à terceira audiência pública da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Era esse o convite que gostaríamos de registrar, sr. presidente e srs. deputados, nesta Casa, na tarde de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

Antes gostaria de cumprimentar o deputado Aldo Schneider pelo trabalho que faz na comissão de Agricultura.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Minhas saudações ao sr. presidente, aos srs. deputados, às sras. deputadas Luciane Carminatti e Angela Albino, ao público que se encontra prestigiando esta sessão ordinária, nesta Casa, e também àqueles que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL.

(Passa a ler.)

“Deputada Luciane Carminatti, a greve do Magistério catarinense completa 40 dias. Uma greve, sra. deputada, v.exa. que é professora, uma guerreira, uma lutadora e que está à frente dos professores, reivindicando os direitos deles, que é a aplicação do piso nacional do Magistério e justa na defesa da educação dos catarinenses.

Há 40 dias, srs. parlamentares, as nossas crianças, os nossos adolescentes e a sociedade em geral estão aguardando que o governo do estado, efetivamente, cumpra a lei e permita que os nossos professores retornem ao local de trabalho. É isso que desejam os professores.

Durante esse período, srs. deputados, informações sobre os bastidores do governo e do mau uso dos recursos públicos se tornaram de domínio público. Situações que indignam a sociedade como, por exemplo, a não aplicação constitucional dos 25% da receita na Educação; a inclusão do Fundeb na base de cálculo, o que ocasiona perdas de recursos para a Educação; o desvio de finalidade na aplicação dos recursos do Fundeb; o gasto inexplicável com as 36 SDRs, algumas delas, inclusive, simples cabides de emprego. Em vez de SDRs deveria haver, deputado Ismael dos Santos, centros de recuperação para dependentes químicos. O governo deveria descentralizar, sim, a Saúde, para não termos mais a “ambulancioterapia”, nem aposentadorias de ex-governadores, nem falsos aposentados por invalidez que continuam trabalhando em órgãos do próprio governo.

O que a greve do Magistério conseguiu desvelar é que o atual modelo de gestão do estado foi pensado para destruir as políticas públicas essenciais à nossa gente. Nas últimas décadas, os governos, em especial o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, agiram para desmontar as políticas públicas nas áreas da Educação, da Saúde, da Segurança e da Assistência Social.

A realidade, srs. parlamentares e povo catarinense, da Educação todos conhecemos: baixos salários, escolas sucateadas, ausência de políticas de formação para os educadores.

Na Saúde, a população e os servidores também sofrem. Na Segurança Pública, com todo o respeito a uma companheira nossa - e quero ressaltar a coragem da deputada Ada De Luca, secretária da secretaria de Justiça e Cidadania -, realmente estamos vivendo um estado de insegurança, porque acredito que somente a coragem não basta, é preciso ter recursos financeiros e humanos.

Na Segurança assistimos a fugas espetaculares, pois esta não foi a primeira, este ano já é a segunda; à tortura nos



presídios, à falta de policiais, deputado Sargento Amauri Soares, a presídios superlotados! E não venham aqui me dizer que em 2003 tínhamos quatro mil presos e hoje temos 12 mil e que isso é bom para o estado de Santa Catarina. É péssimo! Estão faltando políticas públicas. E a maioria das pessoas que está nos presídios é usuária de drogas. Apesar disso não há política pública para a recuperação desses jovens. A superlotação nos presídios é um absurdo. Aliás, deputado Ismael dos Santos, o presídio de Blumenau foi considerado o pior presídio de Santa Catarina, em termos do número de agentes prisionais.

Então, realmente vivemos o desmonte das políticas públicas e não há nada no lugar a não ser a omissão e o desrespeito ao povo de Santa Catarina.

Quero aqui dar parabéns a esta categoria que tem a missão da formação da criança e do adolescente, que são os professores, que trouxeram luz a essa realidade, que perceberam que este era o momento histórico para romper com essa política de sucateamento no estado de Santa Catarina.

O governador Raimundo Colombo e os partidos aliados que compõem o governo devem agradecer, sim, aos professores, por este momento que está vivendo o estado de Santa Catarina, por essa oportunidade. O governador tem que dar, sim, parabéns aos professores por estarem dando oportunidade ao governo de construir um novo caminho, de romper com o governo anterior em busca de um novo rumo. Vamos ver se este governo tem a sensibilidade necessária para isso.

Ao mesmo tempo, sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores está convencida de que é possível construir novos tempos para a Educação dos catarinenses. Durante esses 40 dias de greve percebemos, e havíamos anunciado desta tribuna, que o governo deu vários tiros no pé, principalmente a equipe de governo, a exemplo da Medida Provisória n. 188, que foi retirada de pauta no dia de ontem; da MPV n. 189, que retira direitos históricos da categoria, como a regência de classe; da ida do governador a Brasília para falar com o ministro da Educação para pedir mais recursos sem que o estado houvesse feito o dever de casa; do pedido de ilegalidade da greve; e, finalmente, do trágico desconto nas folhas de pagamento dos dias parados, fato que já está virando caso de polícia.

Recebi a informação, srs. deputados, de que vários professores já fizeram um BO contra o governador, deputado Padre Pedro Baldissera. Os professores não precisam mais fazer esse BO porque o Sinte já conseguiu uma liminar e o governador tem três dias para rodar uma folha suplementar e pagar o que descontou indevidamente.

Creio, sr. presidente e srs. deputados, que o governo já deve estar realizando uma análise dos seis primeiros meses de continuidade do governo, com outro governador. Deve estar fazendo uma análise dessa gestão. Não é possível que ainda não tenham percebido que a sociedade catarinense está exigindo novos tempos, coisas novas, diferentes, mais eficácia e respeito à população. Até porque o governador disse que seria um governo diferente, no qual as pessoas estariam em primeiro lugar. Estamos esperando, portanto, essa ação do governador Raimundo Colombo.

Finalmente o diálogo foi retomado no dia de ontem e o comando de greve até este momento deve estar em negociação. Os

professores exigem alguns direitos dos quais não abrem mão: estabelecimento de um prazo para a aplicação correta do piso nacional de recomposição da tabela salarial; manutenção das gratificações da regência de classe; e retirada das faltas provocadas pela greve.

Quero registrar também a importância deste Parlamento. Foram muitos deputados que intercederam junto ao governo do estado para que se abrisse um canal de negociação. Por isso espero, de uma vez por todas, que essa greve tenha fim e que os alunos possam retornar o mais rapidamente possível às salas de aula juntamente com seus professores, mas de cabeça erguida, sem perda de direitos e com a certeza de uma tabela de recomposição do piso nacional do Magistério.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0024/2011; 0026/2011; 0070/2011/ 0170/2011; 0216/2011/ 0217/2011; 0219/2011; 0230/2011; 0234/2011; 0237/2011; 0238/2011; 0239/2011; 0248/2011 e 0250/2011, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0122/2011, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0029/2011, de autoria da deputada Ada De Luca, que autoriza o Poder Executivo a realizar gratuitamente cirurgia plástica reparadora de sequelas em mulheres vítimas de violência e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Solicito a verificação de quórum, sr. presidente, pois é um projeto do nosso interesse e acho que temos um quórum apertado para deliberar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Temos 30 deputados aptos a votar, mas, se houver entendimento dos srs. líderes, a matéria pode ser retirada. Agora, não há nenhum motivo para fazer verificação de quórum, uma vez que temos presença registrada.

Há entendimento para que possamos adiar as matérias para a próxima semana?

(Os líderes aquiescem.)

Então as matérias que demandam quórum qualificado, todas elas, ficam retiradas de pauta e transferidas para votação na próxima terça-feira.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0373/2011, 0374/2011 e 0375/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0376/2011, 0377/2011 e 0378/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0379/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0380/2011, de origem da comissão de Agricultura e Política Rural; e 0381/2011, de autoria da bancada do PP, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0806/2011, de autoria da

deputada Luciane Carminatti; 0807/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0808/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0810/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0813/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0814/2011, 0815/2011, 0816/2011, 0817/2011, 0818/2011 e 0819/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0821/2011, 0822/2011, 0823/2011, 0824/2011, 0825/2011, 0826/2011, 0827/2011; 0828/2011, 0829/2011, 0830/2011, 0831/2011, 0832/2011, 0833/2011, 0834/2011, 0835/2011, 0836/2011, 0837/2011, 0838/2011 e 0839/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; e 0840/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0811/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem ao diretor do Inpi, pedindo que sejam envidados esforços no sentido de intervir junto ao órgão em Brasília para que seja implantada uma unidade no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0812/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem ao secretário de Atenção à Saúde do ministério da Saúde, pedindo a ampliação do grupo de trabalho que elaborará estudos sobre a remuneração dos profissionais médicos no âmbito do SUS e a inclusão das demais categorias profissionais da área da saúde na Portaria SAS n. 248/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0820/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que solicita o envio de mensagem à TIM Celular S/A, no sentido de ser aperfeiçoada a cobertura de telefonia móvel no município de Dona Emma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr presidente, v.exa. está sendo muito rápido na votação dos requerimentos e quero reforçar a Indicação n. 0375/2011, de minha autoria, que levanta um sério problema no município de Celso Ramos, ou seja, a falta de energia. Por isso estou alertando novamente o presidente da Celes sobre essa problemática.

A informação que temos do município é que nos últimos dias faltou energia de três a quatro horas por dia. Então, são necessárias providências rápidas para amenizar a situação no município de Celso Ramos.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Moção n. 0059/2011, de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural, apelando à ministra da Casa Civil e a outras autoridades a adoção de medidas que beneficiem os suinocultores no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0080/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os valores investidos com recursos do estado e federais em obras de prevenção às cheias em Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0081/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e aos secretários da Saúde, da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Regional, solicitando informações sobre a existência de estudos relacionados ao uso de agrotóxico e os índices de câncer.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0082/2011, de autoria do deputado Altair Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os objetivos institucionais e operacionais da Codesc e as principais atividades desenvolvidas atualmente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0083/2011, de autoria do deputado Altair Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os objetivos institucionais e operacionais da Cohab e suas principais atividades desenvolvidas atualmente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0084/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a

ser enviado ao secretário do Planejamento, solicitando informações sobre a norma que regulamenta o cumprimento do disposto no art. 56, inciso XIX, da Lei Complementar n. 381/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, quero falar de uma questão que veio para esta Casa nos últimos dias e já comentada por várias deputados.

Trata-se da mudança na Constituição catarinense que aprovamos nesta Casa há um ano, segundo a qual qualquer venda de patrimônio público, alienação deve ser antecedida de um plebiscito. E lamentavelmente estamos vendo neste momento a tramitação de uma PEC que altera o inciso IV do art. 13 e revoga o inciso II do art. 40 da Constituição Catarinense.

Além disso, tramita conjuntamente um projeto de lei que dispõe sobre a alienação da participação minoritária na Casan e estabelece outras providências.

Então, srs. deputados, sras. deputadas, estamos propondo a retirada tanto dessa PEC quanto do PL, porque não é possível que neste momento, com todas as questões que este estado vem enfrentando, ainda tenha que discutir essa mudança na legislação e a venda de patrimônio público.

Dessa forma, estamos propondo a realização de uma audiência pública junto à comissão de Constituição e Justiça, à deputada Angela Albino e à comissão de Trabalho e Serviço Público, para discutir essa polêmica questão da venda do patrimônio público catarinense.

Mas gostaríamos de fazer um apelo, deputado Valmir Comin, no sentido de que o governo do estado retire a PEC e o projeto de lei que aliena parte do capital da Casan. Somos contrários a essa medida neste momento e queremos discutir o tema com a sociedade catarinense.

Outro tema que quero abordar, outra polêmica, diz respeito ao que li no *Diário Catarinense* de hoje acerca dos supersalários desta Casa: "Na Justiça para manter vencimentos".

O presidente Gelson Merisio tomou a iniciativa louvável de limitar os salários deste Poder ao teto do vencimento dos deputados. Contra essa medida já foram impetradas duas ações: uma, no dia 20 de junho, do sr. Luiz Henrique Belloni Faria e outra, no dia 22 de junho, do sr. Augusto José Alveti, pedindo o volta dos salários ao teto anterior.

Venho da agricultura familiar e fiz questão de conversar com alguns policiais, com algumas pessoas que trabalham na Polícia Militar, com colegas da Casa, com amigos, com professores, com professoras, sobre o quanto cada um recebe de aposentadoria. Não consigo admitir, está fora de qualquer realidade o que está acontecendo nesta Casa. Isso precisa ser revisto.

Temos o problema dos supersalários, que até chamaria de salário de marajá, porque

quando o deputado recebia R\$ 12 mil, já havia pessoas nesta Casa recebendo R\$ 36 mil de aposentadoria, inclusive sem pagar Imposto de Renda. Agora essas pessoas querem voltar a receber o que recebiam anteriormente e ainda se dizem consultores, orientam esta Casa, orientam os deputados.

Existe uma decisão antiga, agora refeita, do Supremo Tribunal Federal, que determina ao Congresso Nacional e ao governo federal que façam o recálculo e paguem o teto de cada poder. Nesta Casa um grupo de pessoas continua dizendo-se procuradores, mas na verdade não o são. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em 2007, já disse que nesta Casa não existe nenhum procurador porque não houve concurso público.

Portanto, sr. presidente, parabeno a iniciativa de v.exa., mas temos outro problema para resolver porque, além da questão do teto, que é clara, que é constitucional, parece-me que alguns servidores vieram para cá por transposição e tomaram-se procuradores. Pessoas que deveriam receber, no máximo, R\$ 6 mil ou R\$ 7 mil, chegaram ao teto de procurador por penduricalhos, por resoluções. Não vamos dizer quem fez, como aconteceu, o que aconteceu, mas precisa ser resolvido, não está certo.

As pessoas que visitamos e conversamos nas bases questionam o que estamos fazendo, o que está acontecendo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. E este deputado quer contribuir para resolver essas questões. Mas também não podemos imaginar que isso acontece apenas na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Nós, políticos, precisamos enfrentar esse debate porque ele é travado não somente no Legislativo, no Executivo, mas em outros poderes, como o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

Então, temos um grande desafio e fico revoltado quando vejo a greve do funcionalismo da Educação e diz-se que não há dinheiro. Quando há problemas na Saúde, também dizem que não há recursos. Mas aqui as pessoas não têm limite e vão à Justiça para requerer um salário ilegal, conseguido através de resoluções e de privilégios conseguidos ao longo da história desta Casa.

Há outro problema ainda, que está em julgamento no Poder Judiciário, mas que, em minha opinião, esta Casa deveria resolver, que é a aposentadoria de servidores que se elegem deputado e que levam para o resto da vida o salário de parlamentar. Isso precisa ser resolvido!

Então, vamos lutar com todas as forças, com muita garra para conseguir corrigir essa distorção, esse privilégio, essa vergonha. A sociedade está-nos cobrando!

Por último, quero dizer que estamos preparando uma ação para que a Justiça determine de uma vez por todas, como já aconteceu em outros espaços, que o teto salarial desta Casa é o vencimento do deputado. E é muito ainda para os ditos procuradores, porque eles não têm carreira, não têm processo, logo, não têm carreira jurídica. Além do que não houve concurso público para que se julguem no direito de exigir o teto do Poder Judiciário.

Srs. deputados, isso precisa ser corrigido porque a própria sociedade catarinense está-nos exigindo!

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham na sessão de hoje e também através da TVAL e da Rádio AleSC Digital.

Gostaria de manifestar, em primeiro lugar, a minha posição sobre esse assunto citado pelo deputado Dirceu Dresch, ou seja, a PEC e o PL que privatizam parte da Casan.

Com certeza, voltarei a discutir esse assunto e acho até extraordinária e incrivelmente irônico que mudanças na Constituição feitas há um ano nesta Assembleia Legislativa, aprovadas por unanimidade pelos 40 deputados, sejam agora, numa canetada do governo do estado, revogadas. Mudamos a Constituição no ano passado para “desmudar” este ano? Será que é porque ano passado faltavam cerca de seis meses para a eleição e todos queriam mostrar-se contrários a qualquer privatização na Celesc e na Casan? E agora, um ano depois, a necessidade cessa e pode-se encaminhar uma PEC revogando aquilo que se aprovou no ano passado por unanimidade?

Quero também, sr. presidente, fazer uma homenagem a um irmão de farda, um companheiro de serviço, policial militar, o soldado Misael Gonçalves, conhecido como Índio, que foi assassinado por marginais na noite da última sexta-feira, dia 24 de junho, na região continental de Florianópolis, mais precisamente entre o Jardim Atlântico e o Monte Cristo.

Ele tinha 36 anos de idade, 14 anos na Polícia Militar, dois filhos e trabalhava naquela região. Nasceu, cresceu e trabalhou sempre como policial militar na região continental de Florianópolis, na 2ª Companhia do 7º Batalhão, depois 5ª Companhia do 4º Batalhão e que agora é 22º Batalhão.

Como sempre trabalhou lá, era um dos policiais mais conhecidos na região. Mais conhecido e admirado pelos seus irmãos de farda e pelas pessoas de bem da comunidade. No entanto, odiado pelos traficantes, pelos ladrões, pelos vagabundos da região.

Assim, na última sexta-feira, não estando de serviço, estava com dispensa médica porque havia feito uma cirurgia no joelho, foi a uma festa junina. Alguns querem insinuar que houve uma briga que houve na qual ele se envolveu, mas não foi nada disso. Traficantes conhecidos na região, que conheciam o Gonçalves, resolveram provocá-lo, porque sabiam que ele não levaria provocação. No meio da festa junina, onde havia, inclusive, muitas crianças, um dos traficantes começou a enrolar um baseado, justamente no momento em que o soldado Gonçalves passava por perto. Evidentemente o Gonçalves, como policial que era, foi atá-lo. E enquanto estava discutindo com esse traficante, o segundo deu-lhe um tiro nas costas de muito perto. Como ele estava armado, tentou sacar a pistola e ao virar-se tomou mais quatro tiros, sendo dois na cabeça e à queima-roupa.

Evidentemente que isso foi uma execução, não uma briga numa festa que acabou com a morte de um policial. Não tem essa característica, foi uma execução de um policial militar que era odiado pelos traficantes justamente por atuar de forma correta, justa e dura quando necessário.

Na tarde de sábado, quando do enterro no cemitério de Barreiros, a comoção, a consternação, a tristeza e a revolta de centenas de companheiros policiais militares foi enorme.

E o que vamos dizer, embora a notícia catastrófica do último final de semana tenha sido a fuga de mais 78 presos do complexo penitenciário da Trindade e não esse caso. Mas tivemos um irmão de farda, um soldado, um policial militar assassinado por marginais nesta capital, simplesmente por ser um dos policiais mais atuantes da região onde trabalhava.

Felizmente paramos de ouvir, pelo menos nos últimos meses, os relatórios das autoridades chamadas competentes, querendo convencer a sociedade de que a segurança pública está melhorando no estado, porque assim como temos dito há dez anos, desde quando criamos a Aprasc, a segurança pública tem piorado de forma continuada.

E continua piorando, pela falta de efetivo, pela falta de estrutura material, pela falta de respeito aos trabalhadores da Segurança Pública, pela falta de respeito na hora da política salarial, pela discriminação vergonhosa de conceder R\$ 2.000,00 para aqueles que estão lá em cima e R\$ 250,00 para aqueles que estão tomando tiro no couro para defender a sociedade.

E há mais! Falta respeito na hora do plano de carreira, pois sobram mais de três mil vagas de terceiro-sargento, de cabo, de segundo-sargento, deputado Reno Caramori, por falta de iniciativa administrativa de realizar os cursos. Enquanto isso, na cúpula não há nenhuma vaga sobrando. Nem uma sequer! E toda hora aparecem mais projetos para criar outras!

O desrespeito de não poder falar!

Neste momento soldados que estão completando seis anos de serviço precisam passar pelo reengajamento, mas como algum dia, nestes últimos seis anos, eles podem ter dito alguma coisa que o superior imediato não gostou, além de já terem sido punidos na oportunidade, estão tendo o seu reengajamento indeferido. No bom comportamento! No bom comportamento!

O desrespeito à lei federal de anistia, que está em vigor em todo o Brasil. Ontem ainda - e foi notícia no Brasil inteiro - a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou a anistia para aqueles bombeiros que fizeram a mobilização, um mês atrás. Mas os nossos aqui continuam sendo punidos.

Sr. presidente, quero pedir desculpas por haver entrado em outros assuntos, mas são assuntos do nosso cotidiano e toda vez que acontece uma tragédia como a que ocorreu com o soldado Gonçalves, que foi executado por marginais nesta cidade, é o que os companheiros falam, e tudo para essa quantidade de desrespeito, tudo isso pelo menor piso do país.

Então, a nossa homenagem ao soldado Gonçalves, e a todos os guerreiros que lutam pela segurança pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença dos vereadores do São Bento do Sul, Antônio Joaquim Tomazini Filho e Josias Terres, que nos visitam nesta tarde e a quem damos as boas-vindas.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Feito o registro pelo sr. deputado Silvío Dreveck, desejamos que os visitantes sintam-se à vontade no nosso Parlamento.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, a próxima orador inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, ouvintes da Rádio AleSC Digital e telespectadores da TVAL.

Quero falar sobre a manifestação do juiz de Direito Hélio do Valle Pereira, há poucas horas, na concessão da liminar solicitada pelo Sinte, através da qual garante o pagamento imediato das faltas que foram objeto do desconto por parte do governo do estado.

Analizando também o parecer dos advogados do Sinte e o conteúdo da liminar, que estão em minhas mãos, e chamou-me muito a atenção a construção do entendimento do juiz e gostaria de citar alguns trechos da lavra do magistrado.

O dr. Hélio do Valle Pereira diz que:

(Passa a ler.)

“[...]Só que me parece muito nítido que o caminho judicial não é o melhor para a superação das polêmicas derivadas de uma greve, especialmente quando se cuida de movimento que envolve milhares de pessoas e que se prolonga há tempo demasiado. Não estou, porque agora ainda não é o momento, firmando nenhum juízo de valor quanto à legitimidade ou não da greve.”

Em seguida, o magistrado contextualiza todo o processo no entendimento do direito legítimo à livre manifestação e, portanto, à greve.

(Continua lendo.)

“A paralisação do trabalho é medida radical [...] É mecanismo coercitivo para lograr a composição. A intervenção judicial, em um quadro como esse, pode ser traumática. Já prolongada a greve por período expressivo, compreensível que a parte a ser beneficiada pela decisão liminar a use como um fator de acirramento dos ânimos. Nem tudo nesse campo é objetivo ou plenamente racional. Há aspectos psicológicos que naturalmente influenciam o comportamento dos trabalhadores ou dos administradores. As partes é que haverão de encontrar um ponto de equilíbrio para suas pretensões (aparentemente) antagônicas.”

Diz ainda o dr. Hélio:

(Continua lendo.)

“[...]”

Sei que, como já foi dito, existe a perspectiva de uma solução consensual, mas não posso protelar esta deliberação com base nessa possibilidade. Se for dado mais prazo, corro o risco de estar apenas adiando uma decisão que poderia ser tomada antes.”

E aí argumenta que o direito de greve é garantido a todos os servidores públicos.

Indo mais além, o juiz fala também que:

(Continua lendo)

“[...] a greve dos professores é algo que impressiona. Causa constrangimento a posição dos pais e alunos, perplexos ante a falta de aulas. Imaginam-se os prejuízos que sofrerão todos pela suspensão das atividades letivas. São danos de reparação muito improvável.”

Por último o juiz define sua posição e em uma das partes de sua decisão chega a citar, deputada Ana Paula Lima, a Lei n. 11.738, que é o objeto de todo esse movimento bonito que os professores estão fazendo.

(Continua lendo.)

"[...]"

É notório que o ponto essencial está na aplicação da Lei n. 11.738/2008, a qual fixou um "piso salarial profissional", o que foi firmado pelo STF.[...]Sabe-se que o Governo do Estado defende (ou pelo menos defendia) que aquele piso valesse como "vencimentos" (ou remuneração), não como o padrão básico de cálculo dos ganhos mensais[...]"

E aí o juiz fala o seguinte:

(Continua lendo.)

"O relevante, de momento, é destacar que a paralisação principiou amparada por bons argumentos e vem sob auspícios nobres". Fala do juiz.

Nesse sentido, ele conclui dizendo:

"Tenho crença, entretanto, que este posicionamento possa ser recebido com os espíritos desarmados. A categoria dos professores é suficientemente honrada para ter o compromisso primordial com a educação, o que não deve representar a abdicação pessoal de direitos patrimoniais.[...]"[sic]

Portanto, o juiz reafirma o direito de greve, um direito legítimo, e garante que os professores tenham condições de dignidade para não ter descontos descabidos nos seus contracheques. E hoje à tarde eu soube do caso de uma professora que recebeu R\$ 50,00 e que os seus familiares estão fazendo rifas e buscando ajuda para que ela possa passar o mês.

Então, não quero comemorar essa decisão, porque pode parecer que estou tendo uma postura de arrogância, e isso não ajuda nesse momento. Quero lembrar os mais de 40 dias de greve do Magistério e das inúmeras tentativas equivocadas do governo: edita uma medida provisória, retira-a e encaminha outra. Vem o PL e negocia, depois não negocia, pede a ilegalidade da greve, volta atrás; faz o desconto nos contracheques e o Judiciário manda pagar.

Acho que essa situação caótica está demonstrando que o governo precisa chamar para si a responsabilidade e ser mais ativo na construção desse processo. Não adianta dizer que não há dinheiro para pagar o piso, pois isso não resolve. Os professores, deputado Sargento Amauri Soares, questionam muitas coisas, quando dizem que não há dinheiro. Questionam para onde vão os recursos nos poderes, e podemos fazer esse debate, porque é dinheiro público! É imexível? Algum órgão não pode ser objeto de discussão? Se podem discutir o salário do deputado, por que não podemos discutir os demais salários? Temos que discutir todos! Se quiserem reduzir o salário dos deputados, serei a primeira a concordar, não há problema nenhum, mas quero que se coloque tudo na mesa, sem esconder nada.

Então, não ajuda o governo apenas dizer que não há dinheiro. Sabemos que há um valor limitado, mas há recursos. Podemos questionar se é possível pagar todo o piso em um, dois ou três anos. Agora, queremos ser sujeito neste estado e discutir para onde está indo o recurso. Ninguém pode ter reserva de mercado! O dinheiro é dos catarinenses! E o fato é que as áreas essenciais - segurança pública, saúde e educação - têm uma miséria! Cresceu muito pouco, nos últimos anos, o investimento nessas áreas.

Então, não adianta se apavorar quando o preso é solto, quando a saúde está numa situação precária, quando os professores

fazem greve. Precisamos discutir orçamento, SDR, salário e a quantidade de comissionados e aluguéis pagos pelo poder público. Quero discutir tudo isso! Acho que faremos um debate bom e os professores têm maturidade para fazê-lo. Os professores não querem absurdos. Eles querem o que é seu de direito e o que é possível. Quero crer que o governador tem consciência disso e que é diferente do governador anterior.

Portanto, a reunião que fizemos na última segunda-feira com os líderes dos partidos apontou alternativas consensuadas para a saída da greve, no sentido de que o sindicato participe da solução, ou seja, o PLC que vem para esta Casa não pode ser um projeto somente do governo. O projeto de lei complementar que vem para esta Casa precisa ser um projeto que garanta o debate com o sindicato da categoria. Temos condições de ajudar nesse debate, mas o governo precisa demonstrar o que é possível pagar, no sentido de negociar prazos na tabela, mas não negando direitos conquistados. Temos que manter o percentual integral da regência...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sra. deputada.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos, que fez uma troca de horário com o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, faz tempo que não uso esta tribuna, tenho usado somente o microfone de apertes. Eu e o deputado Valmir Comin invertemos a ordem de inscrição. O deputado Valmir Comin está verdadeiramente preocupado com as questões de Santa Catarina e vai fazer um pronunciamento de peso.

Acompanhei o pronunciamento da nobre deputada Luciane Carminatti, que relatou a decisão do juiz sobre a questão do desconto nos contracheques dos professores. Dentro do estado democrático de direito que defendemos, decisão judicial cumpre-se, mas qualquer um pode contestar, dentro do próprio Judiciário, uma sentença. E não podemos confundir a decisão do juiz de mandar pagar os dias parados com a legalidade da greve, porque não estava em discussão a legalidade, não era isso que estava sendo julgado e sim um pedido do Sinte para que não se descontasse os dias parados.

Decisão cumpre-se e, quando não se quer cumprir, contesta-se no próprio Judiciário. Não me cabe, contudo, discutir ou tomar uma posição sobre isso, porque foi uma decisão judicial. Mas não podemos confundir as coisas, dizendo que o governo não quer conversar com ninguém, que não atende ninguém e que não faz nada por ninguém; que o governo manda uma medida provisória e retira, depois manda outra medida. E que daqui a pouco vai mandar um projeto de lei complementar, a pedido dos parlamentares. Não podemos confundir isso e dizer que o governo fechou as portas, que é radical e que não quer conversar com ninguém. Não é bem por aí!

Quando adentrou a esta Casa a MPV n. 188, que não agradou os parlamentares, o governo do estado tentou melhorá-la. Dentro de uma negociação, tentou melhorar o que veio da primeira vez para o Parlamento, que se destinava a pagar o piso. O que aconteceu? Dentro de uma negociação, o governo avançou,

mas baseado naquilo que julgava que podia fazer neste momento, com os pés no chão, no sentido de não comprometer o futuro não só da Educação, mas das contas públicas como um todo.

Chegou à Casa, então, a MPV n. 189, que representava um dispêndio de R\$ 22 milhões e dentro da qual foi rodada a folha da Educação, posto que medida provisória tem efeito de lei desde a sua edição. Ela é lei até que esta Casa julgue o contrário.

Agora se discute um projeto de lei complementar. É um avanço e mostra que o governo não encerrou as negociações, que quer discutir. A questão tem sido discutida, como nós fazemos neste Parlamento. Eu, como líder do governo, assim como todos os líderes, em reunião com o presidente Gelson Merisio, temos discutido a questão. Há vontade política do governo de resolver. No entanto, muitos que já foram prefeitos sabem o que é administrar a coisa pública, sabem que existem regras, que a Lei de Responsabilidade Fiscal coloca amarras no administrador. Não sei qual é o caixa do governo, porque não sou governador nem secretário da Fazenda, sou deputado, mas tenho certeza de que quem está lá age com responsabilidade. Não é que não queira dar alguma coisa para alguém! Se tivesse, poderia dar, acabar com a greve, os professores e pais ficariam felizes e o ano letivo não seria comprometido.

Agora, temos que respeitar aquele que é o mandatário e dono da caneta. Quem é prefeito, quem é presidente da República, quem é governador tem que ter a responsabilidade de dar aquilo que pode pagar lá na frente. Não podemos começar a distribuir benesses e lá na frente ver que as coisas não vão acontecer, deputada Dirce Heiderscheidt, porque será muito pior. Não podemos dar um presente estragado. Se tenho recursos para comprar uma televisão e a deputada Dirce Heiderscheidt me dá uma TV, gasto aquele meu dinheiro em outra coisa, mas quando chego em casa, vou ligar a televisão e vejo que ela não presta, que está estragada, percebo que acabei ficando sem a televisão e sem o dinheiro para comprá-la.

Acho que é prudente ter cautela. Não tiro a razão de nenhum professor deste estado, mas também não posso tirar a razão do governo do estado de agir com cautela, com precaução, na questão do funcionalismo.

Não queremos, deputada Luciane Carminatti, que se vote um projeto de lei para depois sermos cobrados, no ano que vem, por aquilo que não aconteceu e que aprovamos aqui. Já aconteceu nesta Casa de aprovarmos uma lei e o estado não conseguir cumprí-la. Não quero discutir isso, mas já aconteceu. Ouvi várias críticas dos próprios deputados.

Acho que cautela faz bem. É preciso fazer as coisas com os pés no chão, com responsabilidade, para que a alegria de um momento não vire tristeza no futuro. É isso que defendo. Esta Casa tem o dever, sim, de fazer a ponte com o governo, mas ela não é governo. Somos deputados. Temos que respeitar os limites que o governo tem. Não posso dizer que sei mais do que o secretário da Fazenda, que faz contas o dia inteiro para pagar não apenas os professores, mas todo o funcionalismo público, assim as obras que todos reivindicam: a quarta, a quinta e a sexta pontes, a melhoria de todas as SCs etc. É muito fácil dizer isso, mas o dinheiro virá de onde? Acho que temos que ter um pouco de cautela!

Temos que fazer o discurso da construção, mas não podemos, em momento algum, fazer o discurso oportunista para o aplauso fácil. Não podemos fazer esse tipo de discurso desta tribuna principalmente quando a Casa está cheia de pessoas e quando os deputados estão-se empenhando para achar uma solução. Não podemos fazer o discurso oportunista para obter o aplauso fácil e jogar companheiro contra companheiro, como vimos acompanhando nos últimos dias.

Faço política com seriedade e com "P" maiúsculo, tenho orgulho e não me envergonho de ser político e em momento algum vou chegar a esta tribuna e dizer que tenho vergonha de ser político. Tenho, sim, orgulho de ser político. Faço política com "P" maiúsculo, faço política 24 horas por dia, mas política com responsabilidade. Jamais vou usar este microfone para mentir a uma plateia somente para ganhar aplausos. Prefiro ser vaiado, mas não vou mentir para ninguém. É por isso que cheguei aqui e aqui estou.

Por isso peço que todos tenham respeito uns com os outros e que não façam o jogo de que uns são ruins e os outros são bons. Acho que todos nós somos bons, mas devemos respeitar uns aos outros, falar a verdade - e às vezes falta coragem para falar a verdade - e respeitar os poderes.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Com a palavra o nosso querido deputado Valmir Comin, representante do PP do extremo sul do estado, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, meu companheiro de bancada, deputado Reno Caramori, segundo-secretário da Mesa Diretora, sras. deputadas e srs. deputados, comungo das palavras proferidas pelo deputado Elizeu Mattos. Realmente acho que precisamos trabalhar dentro da realidade e da situação factível, dentro da disponibilidade da receita do estado.

É preciso ressaltar, porém, que houve no governo passado uma política de abonos, os chamados penduricalhos, que não se incorporaram aos salários, o que fez com que se instalasse uma distorção muito grande. Agora tudo isso caiu no colo do atual governo, que não pode fugir da responsabilidade porque, afinal de contas - e falo com muita tranquilidade, pois meu partido faz parte da base do governo -, foi eleito pela tríplice aliança, tendo pleno conhecimento da situação em que se encontrava o estado de Santa Catarina.

O governador tem colocado, reiteradas vezes, que o professorado precisa de um salário diferenciado. Mas é preciso também que se tenha a compreensão do que é possível fazer. E o governador tem demonstrado, em várias oportunidades, dentro da sua modéstia e da sua simplicidade, o seu compromisso com essa classe.

Reiteramos a participação efetiva da nossa bancada na tentativa de solução

do processo, porque desde o meu primeiro mandato, e estou no quarto, assumimos o nosso compromisso de lutar pela educação de Santa Catarina.

Já disse desta tribuna e reitero agora que o enxugamento da máquina passa pela redução das SDRs. Acredito que esse é um modelo de gestão compatível com uma receita muito maior, em que se possa, dentro da capilaridade, dar resolutividade aos problemas do cidadão, que paga impostos para receber serviços.

De qualquer forma, acredito que houve um avanço significativo nas conversações. A Assembleia Legislativa também entrou no processo e tenho convicção de que haverá sensibilidade dos demais poderes, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e a própria Udesc, no sentido de conversar sobre a diminuição do duodécimo. A Assembleia Legislativa já praticou o seu gesto e houve, sim, um avanço. Espero que ainda essa semana possamos ver esse assunto encaminhado e decidido para o bem da educação catarinense.

Mas quero, sr. presidente, tecer um comentário relacionado à comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, que presido. Baseada em dados da Fiesc, a comissão está elaborando, em conjunto com outras federações, um estudo de logística para o Mercosul.

(Passa a ler.)

"As Federações das Indústrias de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul contrataram à consultoria Macrologística o maior estudo já realizado sobre modais logísticos da região e interligados a outros países: Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

Na sexta-feira será lançado o Projeto Sul Competitivo para traçar uma radiografia do que há hoje e apresentar soluções integradas para o transporte de produtos por meio de portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias, dutovias e rodovias.

Doze profissionais farão um amplo diagnóstico das condições de infraestrutura de transportes na região e no Mercosul e vão estudar as 19 principais cadeias produtivas produzidas, exportadas e/ou importadas, o que representa 70 produtos agrícolas, minerais, florestais e industriais, levando em conta os gargalos logísticos e as respectivas soluções.

Também serão analisados números sobre a produção atual e futura e o local de consumo de todas essas cadeias. O objetivo é priorizar os projetos de transportes necessários à região sul com base no seu potencial de redução do custo logístico."[sic]

Deputado Reno Caramori, v.exa. foi presidente dessa comissão antes de nós e muito tem contribuído com informações, oportunizando o debate das entidades organizadas dos segmentos produtivos de Santa Catarina. Esse é um modelo que precisa ser perseguido, um conceito de modelo modal e intermodal que necessitamos, não somente para Santa Catarina, mas para o Brasil e todo o Mercosul, porque nesse prisma da globalização o nosso concorrente não está ao nosso lado, está na China, na Ásia, nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, que chegam nas costas dos mares brasileiros com os seus navios trazendo mercadorias com qualidade e com custo

reduzido, praticando uma concorrência totalmente desleal e fragilizando o potencial do PIB nacional e catarinense, fragilizando sobremaneira a produção industrial do nosso país.

Por isso, é preciso que haja projetos com propostas específicas para que possamos promover a verdadeira mobilidade urbana, a sensibilidade e o escoamento da nossa produção, reduzindo o custo Brasil e competindo no mercado globalizado tão severo nos dias de hoje.

Por isso, faço com muita satisfação uso desta tribuna para me manifestar sobre esse tema e parabenizar a Fiesc pelo trabalho desenvolvido em Santa Catarina, na vanguarda dessas situações, promovendo o *start* da capacitação, juntando as entidades, as universidades, o estado como um incentivador e motivador da sociedade, tudo de uma forma integrada e promovendo o que é nosso, o produto catarinense e brasileiro, na comercialização global.

Tive a oportunidade de acessar um estudo da Fundação Getúlio Vargas relatando que o custo médio de transporte rodoviário, hoje, é de R\$ 110,00 por tonelada; nas ferrovias cai para R\$ 75,00 por tonelada e nas hidrovias, através dos nossos portos, sai por R\$ 55,00 a tonelada.

Então, realmente precisamos ampliar o sistema modal para dar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Como o assunto é de suma importância concedo mais 30 segundos para a sua conclusão, deputado Valmir Comin. Esperamos que v.exa. volte outro dia a essa tribuna com o mesmo assunto, que é muito importante.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - É que o tema requer realmente tempo e é de extrema importância para Santa Catarina, que representa 1,1% do território nacional, mas que detém 5,6% das exportações e 4,8% do PIB. Realmente requer uma atenção expressiva por parte do governo federal e das entidades de classe.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Estamos há 20 anos nesta Casa e agora temos a oportunidade de ver todos buscando a China para fazer parceria. Os países desenvolvidos estão buscando a China como parceira para produzir e distribuir para o mundo, aproveitando-se do pobre trabalhador chinês que vive sob uma ditadura, sob um regime de força, que o mundo está aplaudindo. Temos que refletir sobre isso.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.



## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 245, de 30 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **LUCIA HELENA EVANGELISTA VIEIRA**, matrícula nº 4713, do cargo de Diretor de Comunicação Social, código PL/DAS-7, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 246, de 30 e junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **THAMY SOLIGO**, matrícula nº 6371, do cargo de Coordenador de TV, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 247, de 30 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

**NOMEAR THAMY SOLIGO**, matrícula nº 6371, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Comunicação Social, código PL/DAS-7, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente  
Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária

#### ATA DA 1790ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1790ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. O Procurador Presidente, ao registrar em ata a presença do Diretor-Geral da ALESC, Carlos Alberto de Lima Souza, cumprimentando-o pela sua nomeação no cargo, desejou-lhe sucesso e colocou a Procuradoria à disposição para o bom desempenho das atividades da Assembleia Legislativa. Com a palavra, o Diretor-Geral agradeceu o convite para participar da reunião do Colegiado, dizendo conhecer da importância da Procuradoria no contexto da Casa, pois é ela que dá maior segurança na solução dos assuntos administrativos. Os demais membros do Colegiado presentes usaram da palavra para enaltecer a pessoa do novo Diretor-Geral, que é servidor da Casa, na certeza de que terá êxito na sua jornada. Em seguida, iniciaram-se os trabalhos da sessão propriamente dita.

1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0927/11, de Edna Rosalina Schumacker; Processo nº 0931/11, de Luiz Marcelo Camargo; Processo nº 0940/11, de Ana Maria Fadel Neves; Processo nº 0943/11, de Luciane Dutra Meurer; Processo nº 0616/11, de Maria Aparecida Leitão Pacheco; Consulta - Ofício CL nº 0214/2011 - 06/06/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Contrato e o Termo de Inexigibilidade celebrado com a Empresa Opera Evento Corporativos Ltda. e a ALESC - ingressos/inscrição na Exposição 2011/Joinville/SC" e a Consulta - Universidade Regional de Blumenau - FURB, Ofício nº 0158/2011/REITORIA - 10/06/2011, Interessado: João Natel Pollonio Machado - Reitor da FURB "Cessão do servidor Ubirajara Martins Flores". 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0930/11, de Elza Maria Inácio; Processo nº 0938/11, de Luiz Carlos Paiva Junior; Processo nº 0939/11, de Wellington José Zomkowski; Processo nº 0723/11, de Graziela Meller Milaneze, e retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0772/11, de Marilyn Bechel Hones. 3) Relatoria do Dr. José Buzzi, pareceres aprovados por unanimidade

aos processos: Processo nº 0929/11, de Clayton Avila Alves; Processo nº 0934/11, de Gilson Ribeiro; Processo nº 0935/11, de Frederico Alexandre Crippa; Processo nº 0839/11, Osvino Koch e MEMO Nº 0160/2011 DE 17/06/2011, Ofício nº 4.171/R de 10/06/2011, Requerente: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC - com sede no Distrito Federal "Prestar informações na ADI nº 4.612". 4) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, pareceres aprovados por unanimidade: Processo nº 0928/11, de Fabiano Augusto Fernandes Krieger; Processo nº 0933/11, de Paulo José Rosa; Processo nº 0936/11, de Maria Aparecida Orsi; Processo nº 0937/11, de Sandra Regina Guimarães; Processo nº 0901/11, de Elizabet Souza Aragão e Consulta - encaminhada pelo Diretor Geral em 20/06/2011, Ofício nº 100514.1/PJG de 15/06/2011, Interessado: Antenor Chinato Ribeiro - Procurador-Geral de Justiça e.e. "Instrução do Inquérito Civil nº 06.2011.004178-1 da Comarca da Capital". 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0926/11, de Beatriz Campos Elias Acorsi; Processo nº 0941/11, de Nadiesda Ghizzo Schmidt; Processo nº 0942/11, de Neiva Maria Lunardi Prade; Processo nº 0804/11, de Marize Ortiga Rosa; Consulta - Ofício CL nº 0241/2011 - 22/06/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Contrato e o Termo de Inexigibilidade - contratação da empresa C.A. Zonato Fante - ME para que a Professora e Consultora Cleodilice Aparecida Zonato Fante ministre 12 (doze) palestras em diferentes municípios do Estado de Santa Catarina com o tema Bullying Escolar"; Consulta - encaminhado pelo Diretor Geral em 15/06/2011, 27ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital - Defesa da Moralidade Administrativa, Ofício nº 0408/2011/27PJ/CAP de 14/06/2011, Interessado: Durval da Silva Amorim - Promotor de Justiça "Cópia da promoção de arquivamento exarada no PP - Procedimento Preparatório nº 06.2011.003054-, em cumprimento ao art. 12, § 1º, do Ato nº 81/2008/PJG" e a Consulta - Ofício nº 015/DA/2010 - 25/05/2011, Interessada: Sinara Regina Landt - Diretora Administrativa "Esclarecimentos da possibilidade ou impedimento jurídico sobre a compra de 8.000 (oito mil) sacolas em PVC para Escola do Legislativo". 6) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0925/11, de Jacson Ferreira; Processo nº 0932/11, de Maria Salete Uller; Processo nº 0944/11, de Sílvia Ribas de Miranda Ramos; Processo nº 0945/11, de Carlos José Mortari, e retirado de pauta pelo relator a Consulta encaminhada pelo Chefe de Gabinete da Presidência - 15/06/11, NPG 110607 de 07/06/2011 - Sistema de Ensino Barddal, Interessado: Antonio Carlos de Oliveira, Gestor do Núcleo Pós-Graduação e Extensão "Auxílio Educação para os Funcionários Comissionados". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia quatro (04) de julho. Eu,

Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 29 de Junho de 2011.

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE RESULTADO

#### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2292/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 019/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: **CONFECÇÃO DE FOLDERS, CARTAZES E CARTILHAS PARA A CAMPANHA "NAVEGAÇÃO SEGURA NA INTERNET E COMBATE A PEOFILIA EM MEIO VIRTUAL".**

#### ITEM ÚNICO

Vencedora: DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA  
Valor do Último Lance: R\$ 188.000,00  
Florianópolis, 30 de junho de 2011

VALTER EUCLIDES DAMASCO  
PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIOS

#### OFÍCIO Nº 326/11

##### AFASSIC

#### ASSOCIAÇÃO DE FAMILIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE

CNPJ/MF: 04.729.20610001-08

Criciúma (SC), 22 de Junho de 2011.

PARA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE S/C

#### DIRETORIA LEGISLATIVA

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - sala 15 - centro Florianópolis-SC  
CEP - 88.020-900

Prezados Senhores:

Cumprimentando-os cordialmente, encaminhamos em anexo os documentos relativos ao exercício das funções de entidade.

Agradeço antecipadamente a atenção que vier merecer os documentos apresentados, ao mesmo tempo, valho-me desta oportunidade para ratificar minha admiração e apreço a esta diretoria legislativa.

Com os melhores cumprimentos,  
ASSOCIAÇÃO DE FAMILIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE

Rua Alvorada, 547 - Presidente Vargas

88820-000 - IÇARA - SC

#### AGENOR DOS SANTOS

RG - 5/R 1.028.652

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 29/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFÍCIO Nº 327/11

#### ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Ofício nº 07/2011

Coronel Martins, 02 de junho de 11.

A Assembléia Legislativa

Florianópolis-SC

Encaminhamos anexo, documentação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Coronel Martins, solicitados pelo Assessor Jurídico da Federação das APAEs de SC, para o cumprimento da Lei nº 15.125, sancionada em 19 de janeiro de 2010..

Os documentos solicitados no artigo 3º para que possam manter o status de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,

Marcio Pozzer

Presidente da APAE

Lido no Expediente

Sessão de 29/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFÍCIO Nº 328/11

##### FACISC

#### FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 15 de Junho de 2011.

Ilmo. Sr.

Gelson Merisio

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Ref.: Documentação

Conforme Art. 30 da Lei Nº 15.343 de 07 de Dezembro de 2010, estamos encaminhando os documentos solicitados:

- Declaração
- Balanço Patrimonial de 2010
- Relatório Anual de Atividades
- Atestado de Funcionamento
- Certidão Registro da Entidade no Cartório de Registros  
Alaor Francisco Tissot  
Presidente da FACISC

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFÍCIO Nº 329/11

##### FFM - Fundação Fritz Müller

#### Desenvolvimento de Pessoas e Organizações

##### Fundação Fritz Muller

#### BALANÇO SOCIAL 2010

#### MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com satisfação que apresento o Balanço Social 2010 da Fundação Fritz Müller - FFM, um importante instrumento de transparência e de comunicação com nosso público de interesse. Este importante instrumento é o resultado de um ano de colaboração dos nossos diferentes públicos e visa demonstrar práticas de Responsabilidade Social desenvolvidas pela FFM.

Cada vez mais a sociedade cobra uma postura ética e sustentável das empresas, o que torna maiores e mais complexos os nossos desafios. Nesse sentido, pretendemos que a atuação da FFM seja cada vez mais ampla, alinhada aos conceitos de desenvolvimento sustentável na gestão dos negócios.

Um marco para a história da FFM em 2010 foi a assinatura do Pacto Global. A FFM tem consciência do quanto sua atuação é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Incorporar este compromisso e disseminá-lo contribui para criação de uma cultura de Responsabilidade Social. A FFM acredita que este é o caminho para uma sociedade mais justa e sustentável. Assinando o Pacto a FFM assume efetivamente o caráter de empresa cidadã, ética e transparente.

A ideia deste Balanço Social é que todos conheçam um pouco mais a trajetória da FFM para o alcance de um objetivo comum: a construção de um mundo mais justo, ético e sustentável.

Prof. Dr. Pedro Paulo Hugo Wilhelm

#### Presidente do Conselho Diretor da FFM

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFÍCIO Nº 330/11

##### Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí

#### Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí

OF. Comitê/Agência de Água do Itajaí 42/2011

Blumenau, 28 de junho de 2011.

Exmo. Sr.

#### Gelson Merisio

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: Relatório de Atividades 2010

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informamos que em atendimento à Legislação de Utilidade Pública, segue em anexo, o Balanço Geral e relatório de atividades da Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí do ano de 2010.

Sem mais para o momento, apresentamos protestos de elevada consideração.

Respeitosamente,

Tercilio Bonessi

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFÍCIO Nº 331/11

##### SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA TERESINHA

Of Nº 0131/2011.

Braço do Norte (SC), 02 de Junho de 2011

Ilmo. Senhor

Gelson Merisio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através do presente enviar relatório de prestação de contas através do relatório anual de atividades do exercício de 2010 para permanência da Utilidade Pública Estadual, em cumprimento a Lei Nº 14.182, de 01 de novembro de 2007.

Enviamos também Cópia autenticada da ata da eleição e tomada de posse da atual diretoria, Declaração assinada pelo Presidente, Cópia do Balance, Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício e Publicação Legal.

O Estatuto da SBST no exercício de 2010: não houve nenhuma alteração por isso continua na íntegra o documento já enviado em 2009.

Solicitamos que após conferência e aprovação dos relatórios seja enviada a Instituição **CERTIDÃO** para comprovação de permanência do Título de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais para o momento e certos de Vossa compreensão e atendimento, elevamos protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

Jose Eduardo Gerlach Collaço

Presidente da Sociedade Beneficente Santa Teresinha

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 332/11**

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJ. HAB. MONS. SEBASTIÃO SCARSELLO**

Joinville, 22 de junho de 2010.

Ilustríssimos Senhores

Assembléia Legislativa

DD. Documentações

Nesta

Prezados Senhores,

Anexo, encaminhos a Vossa Senhoria, os documentos necessários para a renovação do nosso utilidade pública estadual.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Nelson de Aviz

Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 29/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 333/11**

Clube de Mães Santa Rita - Jaborá

JABORÁ (SC), 27 DE JUNHO DE 2011.

Ofício nº 01/2011

EXMO. SR.

GELSON MERISIO

DDº. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA

DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Presidente.

Com meus cumprimentos, venho por meio deste enviar em anexo a documentação que Declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Santa Rita, com sede no Município de Jaborá, inscrito no CNPJ nº 80.621.428/0001-90, conforme a Lei nº 15.269, de 18 de agosto de 2010.

Atenciosamente,

Magda Pretto Poyer

Presidente da Entidade

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 334/11**

**ANB - Associação dos Nordestinos de Blumenau**

BLUMENAU, 16 de junho de 2011

Ofício nº 008/2011

**Para:** ALESC - Assembléia Legislativa de Santa Catarina

**A/C:** Gelson Merisio

**Assunto:** Relatório das Atividades da ANB

**Período:** Julho de 2010 a junho de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), vimos através deste, encaminhar o relatório das atividades realizadas pela Associação dos Nordestinos de Blumenau/SC. Entre o período de julho de 2010 a junho de 2011.

Ressaltando que as fotos dos eventos culturais, encontra-se em anexo ao Relatório.

Certo da vossa apreciação, subscrevemos!

Atenciosamente.

Maurício Muniz Pessoa Filho

Presidente

Jackson Ribeiro

Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 335/11**

**Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer**

Blumenau, junho de 2011.

Exmo. Senhor:

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Cumprimentado-o cordialmente, estamos encaminhando para o devido controle, a documentação à Assembléia Legislativa conforme relacionado abaixo:

I - relatório anual de atividades;

II - Atestado de funcionamento atualizado de Utilidade

Pública;

III - Certidão atualizada do registro da Entidade no cartório de pessoas jurídicas;

IV - Balancete Contábil;

Cabe esclarecer, que a entidade foi declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei de nº 14.857 de 18 de setembro de 2009.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente

Leonardo Levi Braz

Presidente ABLUCAN

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 336/11**

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

**APAE DE MORRO DA FUMAÇA - SC**

Of. Nº 29/11

Morro da Fumaça, 21 de junho de 2011

Ilmo Sr.

D.D. Gelson Merisio

Presidente da Assembléia Legislativa

Prezado Senhor,

Cumprimentando cordialmente, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Morro da Fumaça, vem através deste encaminhar a Vossa Excelência os documentos necessários para a manutenção da declaração de Utilidade Pública Estadual desta entidade.

Sendo o que tínhamos para o momento, renovamos protestos de estima e consideração

Atenciosamente,

Nelza Bortolatto Naspolini

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 337/11**

**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**

**ENTIDADE MANTENEDORA DA ESCOLA ESPECIAL ALEGRIA DE VIVER**

Of. Nº 56/2011

Camboriú, 17 de junho de 2011

Exmo. Sr.

DD Presidente da Assembléia Legislativa

Gelson Merisio

Florianópolis-SC

Prezado Senhor

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Camboriú, representada pela sua presidente, Ana Maria Rebelo Lotério vem mui respeitosamente encaminhar os documentos necessários para manutenção Título de Utilidade Pública Estadual da nossa Entidade.

Segue junto deste:

Relatório Anual de Atividades;

Cópia do Balancete Contábil;

Cópia da Ata de Posse;

Cópia do Estatuto.

Sem mais para o momento enviamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Ana Maria Rebelo Lotério

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 338/11**

**O GRITO - CIA DE THEATRO**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010**

Respeitando o cronograma de trabalho da direção teatral e da produção executiva, após o recesso, retornamos as nossas atividades em março de 2010:

• **Seleção e Ensaios: Março (2010)** - Iniciamos as atividades com a apresentação dos novos candidatos para o leste de seleção da

montagem Alcassino & Nicoleta no dia 13 de março e preparação dos atores, nas dependências da Fundação Cultural de Blumenau, realizando exercícios corporais.

• **Ensaio Geral da Montagem Alcassino & Nicoleta:** Março/Abril/Maio/Junho/Julho/Agosto/Setembro/Octubre/Novembro/Dezembro: Ensaio com elenco, técnica e direção do espetáculo aos sábados e domingos, nas dependências do Ginástico do Colégio Estadual Pedro II, das 14:00 horas às 19:00 horas.

• **Produção Executiva da Montagem Alcassino & Nicoleta:** Outubro/Novembro/Dezembro: O diretor do grupo que também assume a produção executiva, através dos patrocinadores e apoios culturais, organizou e produziu o projeto de montagem do espetáculo Alcassino & Nicoleta. Metas na metodologia de aplicação da montagem que foram concluídas: Compra da matéria prima para confecção de cenário, figurinos e adereços. Confecção de cenário, figurinos e adereços.

• **Encaminhamento de Projetos:** Abril/Julho (2010) - A Produção Executiva produziu e encaminhou propostas de projetos culturais para o FUNCULTURAL - SC, Fundo Municipal de Apoio a Cultura de Blumenau, editais de incentivo ao teatro da FUNARTE, e Ministério da Cultura.

• **Apresentação de espetáculos Tem Mandrúgora na Panelinha:** Setembro/Novembro (2010) A Produção Executiva marcou apresentações do espetáculo Tem Mandrúgora na Panelinha, nos municípios de Rodeio e Rio dos Cedros, realizando 2 (duas) apresentações. Os espetáculos foram gratuitos para platéia.

• **Apresentações de espetáculos:** Novembro (2010) A A Cia e Theatro o Grito foi contemplada para a mostra do Festival Catarinense de Teatro, com 4 apresentações do espetáculo infantil "Teatro de Retalhos - O Menino e a Lua e o Peixinho Incolor. As apresentações foram gratuitas.

Eu Leandro de Assis, Presidente de O GRITO - Cia de Theatro, declaro serem verdadeiras todas as informações relatadas a cima, sobre o relatório das atividades do primeiro e segundo semestre do ano de 2009.

Blumenau, 05 de Abril de 2011.

**Lendo de Assis**  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*  
**OFÍCIO Nº 339/11**  
APEB

Blumenau, 20 de junho de 2011.

Ao  
Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Sr. Gelson Merisio

Cumprimentando-o cordialmente nos dirigimos a V. Ex.<sup>a</sup>. com o propósito de encaminhar a seguinte documentação para o devido controle e identificação do cumprimento da legislação pertinente:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada do estatuto; e
- IV - balancete contábil.

Colocando-nos a disposição para eventuais esclarecimentos, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Soraia Edineth Francisco Lobe  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*  
**OFÍCIO Nº 340/11**  
HOSPITAL DE CARIDADE SÃO ROQUE

Ofício nº 027/11 Morro da Fumaça, 17 de junho de 2011  
Exmo. Sr.

Gelson Merisio  
Presidente da Assembleia Legislativa de SC  
Palácio Barriga Verde

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa:

Cumprimentando-o, vimos perante Vossa Excelência encaminhar, em anexo, documentos necessários desta entidade declarada de utilidade pública, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no Art. 1º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

Aproveito o ensejo para apresentar protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,  
Dr. José Luiz Maurício Pereira  
Diretor Clínico - ADMINISTRADOR

Lido no Expediente  
Sessão de 30/06/11

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 2319, de 30 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CIMAACLAR MARCIRA TICIANI**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2320, de 30 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **VILSON JOSÉ FLORIANO**, matrícula nº 2159, no Gabinete do Deputado Altair Guidi.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2321, de 30 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** na Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia **ANTÔNIO EUGÊNIO TERÊNCIO**, servidor da SAR - EPAGRI, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pela Portaria nº 35/2011, de 14 de junho de 2011, sob a égide do Termo de Convênio de Cooperação Técnico Institucional CL nº 002/2011 celebrado entre a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Assembleia Legislativa.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2322, de 30 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **JEANE MACHADO**, matrícula nº 6895, nomeada pela Portaria nº 2280, de 15/06/2011, fazendo constar como sendo **JOANE MACHADO**.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2323, de 30 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Jacson Ferreira	1840	3%	33%	15/06/11	0925/11
Beatriz Campos Elias Acorsi	1842	3%	33%	15/06/11	0926/11
Edna Rosalina Schumacker	1845	3%	33%	15/06/11	0927/11
Fabiano Augusto Fernandes Krieger	1843	3%	33%	15/06/11	0928/11

Clayton Avila Alves	1844	3%	33%	15/06/11	0929/11
Elza Maria Inacio	4422	3%	6%	01/06/11	0930/11
Luiz Marcelo Camargo	3891	3%	3%	15/06/11	0931/11
Maria Salette Uller	3128	3%	3%	10/06/11	0932/11

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2324, de 30 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR**, no Gabinete do Deputado José Nei Ascari, **KLÉBER GOMES FERREIRA LIMA**, servidor do Senado Federal, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 111 e conforme autorização da Diretora-Geral do Senado Federal firmada no ofício nº 471/2011 - DRER/SF de 29 de junho de 2011, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento mensal ao Senado Federal.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2325, de 30 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **TATHIANA SCHOPPEN VERONESE**, matrícula nº 6631, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2326, de 30 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR TATHIANA SCHOPPEN VERONESE**, matrícula nº 6631, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2327, de 30 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **CARLOS CESAR DOS SANTOS GONÇALVES**, matrícula nº 6764, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2328, de 30 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARLETE SCHMITT STAHELIN**, matrícula nº 3616, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2329, de 30 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **MARI ANGELA PAULI CUSTODIO**, matrícula nº 1592, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Expediente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **MARCIA OTILIA SASSO**, que se encontra em fruição de licença prêmio por 60 (sessenta) dias, contar de 07 de junho de 2011 até 05 de agosto de 2011. (DL - Coordenadoria de Expediente).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2330, de 30 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **ZILA FALCK BORTOLINI**, matrícula nº 1959, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica Administrativa - Elaboração da Ordem do Dia, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **MARI ANGELA PAULI CUSTODIO**, por 60 (sessenta) dias, a contar de 07 de junho de 2011 até 05 de agosto de 2011. (DL - Coordenadoria de Expediente).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2331, de 30 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1355	Paulo José Rosa	18/06/06	17/06/11	0933/2011
2030	Gilson Ribeiro	18/06/06	17/06/11	0934/2011
2037	Frederico Alexandre Crippa	17/06/06	16/06/11	0935/2011
2084	Maria Aparecida Orsi	09/06/06	08/06/11	0936/2011
2109	Sandra Regina Guimaraes	02/05/06	03/06/11	0937/2011
2162	Luiz Carlos Paiva Junior	10/06/06	09/06/11	0938/2011

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2332, de 30 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
2172	Wellington José Zomkowski	11/06/06	10/06/11	0939/2011
2177	Ana Maria Fadel Neves	12/06/06	11/06/11	0940/2011
2187	Nadiesda Ghizzo Schmidt	11/06/06	10/06/11	0941/2011



2200	Neiva Maria Lunardi Prade	11/06/06	10/06/11	0942/2011
2201	Luciane Dutra Meurer	10/06/06	09/06/11	0943/2011
2213	Sílvia Ribas de Miranda Ramos	12/06/06	11/06/11	0944/2011
2686	Carlos José Mortari	13/06/06	12/06/11	0945/2011

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO Nº 008.6/11

Acrescenta o § 3º ao art. 108 da Constituição do Estado de Santa Catarina, dispondo sobre o regime constitucional peculiar da carreira de Oficiais Militares Estaduais do Corpo de Bombeiro Militar.

Art. 1º Fica acrescido o § 3º ao art. 108 da Constituição do Estado de Santa Catarina com a seguinte redação:

“Art. 10 .....

§ 3º Os oficiais do Quadro de Oficiais Bombeiro Militar - QOBM, integram, para todos os fins e direitos, a carreira jurídica de Estado, sendo-lhes exigido para o ingresso no referido quadro, além de outros requisitos, o bacharelado em direito.”

Sala das Sessões,

Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

#### JUSTIFICATIVA

Apresento à elevada apreciação de Vossas Excelências minuta de proposta de emenda constitucional que acrescenta o § 3º ao art. 108 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

As alterações que se pretende encetar dispõem sobre a carreira de Oficial do Quadro de Bombeiro Militar do QOBM corrigindo, inclusive, um equívoco do passado, implantando a partir desta iniciativa a regra de que para ingressar na carreira do QOBM o candidato deverá, dentre outros requisitos, possuir o bacharelado em Direito, tal qual ocorre constitucionalmente com outras carreiras.

Desta forma, pretende-se que a carreira de Oficial do Bombeiro Militar do QOBM, que depende de aprovação em concurso público e diploma de Bacharel em Direito, passe a integrar carreira jurídica de Estado.

A medida possui o condão de conferir à mencionada carreira o mesmo “status” que já possuem as demais carreiras jurídicas consolidadas (magistratura, ministério público, procuradoria do estado), tendo em vista que o ingresso requer o cumprimento de igual requisito basilar, qual seja, o bacharelado em Direito.

As funções desempenhadas pelos integrantes da carreira já intitulada acima, lastreiam-se no requisito de formação em Direito face à demanda por amplos conhecimentos jurídicos, em teoria e prática. Além de atender tais pressupostos, os oficiais do Corpo de Bombeiros Militar operam efetivamente o direito no campo da ordem pública.

Os Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar, além de suas atribuições de preservação da Ordem Pública, lastreadas no artigo 11 da Lei Complementar nº 454, de 2009, desenvolvem atividades de polícia judiciária militar atuando na presidência de inquéritos policiais, ditos, militares, além de presidirem Auto de Prisão em Flagrante e exercerem o *múnus* da jurisdição, atuando como juízes quando participam dos Conselhos de Justiça nas Justiças Militares. Ademais, no âmbito de suas competências constitucionais também atuam na primeira fase da persecução penal, cujo trabalho dá suporte à atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Atuam, ainda, como presidentes e membros de Conselhos de Justificação e Disciplina, presidem sindicâncias, processos administrativos disciplinares, processos de prestação de contas, auditorias, inquéritos técnicos, etc.

Por todo o exposto, e pelo atual contexto em que vive a segurança pública, cabe destacar a responsabilidade que possui o Estado em zelar pela promoção de medidas de integração entre as organizações policiais sob sua administração, respeitando suas peculiaridades, estruturas organizacionais e competências legais.

Cuida-se, assim, de proposição que segue ao encontro do interesse público e das expectativas dos integrantes da carreira que menciona, proporcionando o merecido reconhecimento e valorização profissional.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETOS DE LEI

#### PROJETO DE LEI Nº 254/11

Dispõe sobre a divulgação da avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB pelos estabelecimentos de ensino de Educação Básica no estado de Santa Catarina.

Artigo 1º - Ficam os estabelecimentos de ensino de Educação Básica em Santa Catarina, obrigados a divulgar aos pais, alunos e à comunidade escolar, nos murais do estabelecimento ou em locais visíveis, as seguintes informações:

I - Nota obtida pelo Estabelecimento nos últimos cinco Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB;

II - A maior nota obtida no último IDEB pelos estabelecimentos de ensino básico do Estado de Santa Catarina;

III - A nota média obtida no último IDEB pelos estabelecimentos de ensino básico do Estado de Santa Catarina;

IV - O seguinte texto explicativo: “O Ideb foi criado pelo Inep em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil.

A série histórica de resultados do Ideb se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um Ideb igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência.”

Parágrafo único: caso a unidade escolar possua página na rede mundial de computadores, internet, deverá divulgar tais informações de forma que garanta fácil acesso aos usuários.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Edison Andrino

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/11

#### JUSTIFICAÇÃO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep em 2007 e representa a iniciativa de reunir num só indicador o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele permite traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. Conforme informações obtidas junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, o indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no , e médias de desempenho nas avaliações do Inep.

Nesse sentido importante promover a divulgação do índice na unidade escolar para o melhor desenvolvimento do ensino em nosso estado, buscando o envolvimento dos pais e da comunidade local, e para isso, a publicação em local visível servirá para que todos possam analisar o desenvolvimento da qualidade de ensino da unidade escolar em comparação com as demais do estado.

Além desta avaliação, propõe-se neste Projeto de Lei a publicação dos últimos cinco resultados da unidade escolar para que se possa avaliar melhor o desenvolvimento ou não da qualidade de ensino da escola, buscando-se sempre pelo aperfeiçoamento.

No mesmo sentido, propõe-se a publicação do texto explicativo extraído do sítio do Inep, para melhor compreensão da função e importância do referido Índice.

Razão pela qual espero contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação deste Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 255/11

Institui a “Campanha Permanente de Esclarecimento e Prevenção do Contágio de Hepatite dos tipos B e C”, voltada aos profissionais de salões de beleza e estabelecimentos congêneres, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a “Campanha Permanente de Esclarecimento e Prevenção do Contágio de Hepatite dos Tipos B e C”, voltada aos profissionais de salão de beleza e estabelecimentos congêneres, em especial:

- I - cabeleireiros;
- II - barbeiros;
- III - maquiadores;
- IV - podólogos;
- V - manicures;
- VI - outros profissionais na área de estética, inclusive depilação;
- VII - estúdios de tatuagem.

Art. 2º A campanha terá por finalidade prestar informações no sentido de orientar os profissionais indicados no artigo 1º quanto à prevenção da hepatite dos tipos B e C em seu ambiente de trabalho, inclusive:

- I - risco de contágio;
- II - identificação de eventuais sintomas;
- III - exames periódicos para seu diagnóstico;
- IV - esclarecimento médico;
- V - técnicas de esterilização de materiais;
- VI - procedimentos de higiene pessoal e do ambiente de trabalho.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com instituições públicas e privadas, para que seja elaborada campanha publicitária de divulgação e esclarecimentos à população do surgimento da doença, bem como seu tratamento.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*

*Sessão de 30/06/11*

#### JUSTIFICATIVA

A hepatite é uma doença que causa inflamação no fígado e que muitos portadores do vírus só descobrem depois de anos de infecção, dificultando assim seu tratamento o que, muitas vezes, pode ocasionar o óbito. A doença pode ser aguda ou crônica, podendo ser de natureza viral, auto-imune ou por uma reação a álcool, drogas e medicamentos.

A hepatite B não apresenta sintomas, ficando encubada por até 20 anos. A transmissão é realizada pelo contato sanguíneo e também relações sexuais e, certamente, a prevenção é a principal arma contra a doença que atinge o fígado e que, conforme a gravidade pode levar o doente a um transplante.

Uma pesquisa realizada no Estado de São Paulo, orientada pelo Dr. Roberto Focaccia, infectologista e uma das maiores autoridades em hepatite no Brasil, constatou que salões de beleza são importantes focos de transmissão de hepatite B e C, verificando-se também que as manicures fazem parte do grupo de risco de pegar a doença e que, infelizmente, essas profissionais não adotam as medidas de segurança necessárias para evitar o contágio e sequer sabem dos riscos de saúde relacionados à atividade que exercem.

O resultado desta pesquisa avaliou esses profissionais ao longo dos anos de 2006 e 2007 e seu resultado foi surpreendente e alarmante, pois de cem manicures entrevistadas e que tiveram o seu sangue colhido para análise, 10 (dez) tinham hepatite, tendo a do tipo B oito delas e do tipo C duas delas, nas formas mais graves da doença.

Também ficou constatado que somente 26% das profissionais entrevistadas faziam esterilização dos instrumentais com autoclave, que é o método considerado mais seguro, mas que ninguém sabia utilizar o equipamento adequadamente. Das 54% das entrevistadas utilizavam estufa, mas a grande maioria não sabia o tempo e a temperatura corretas para esterilizar os materiais. Assim, 8% (oito por cento) usavam o tradicional "forninho" de cozinha, que é totalmente inadequado e 2% (dois por cento) simplesmente não utilizavam nenhum método de esterilização. Somente 8% faziam a limpeza dos instrumentais antes de esterilizá-los, e mesmo assim, de forma inadequada. Finalmente, 20% apenas disseram que usam luvas no trabalho, mas verificou-se que apenas 5% utilizava-se da proteção.

Assim, de 100 manicures entrevistadas, 72% desconheciam totalmente as formas de transmissão de hepatite B e 85% não sabiam como se pega hepatite C; 93% desconheciam formas de prevenção contra o tipo B e 95%, contra o tipo C e, finalmente, 45% acreditavam que não transmitiriam nenhuma doença a seus clientes.

A enfermeira Andréia Cristine Deneluz Schunck de Oliveira, do Instituto Emílio Ribas, também responsável pela pesquisa, alertou que essas profissionais também usam o mesmo instrumental de trabalho para tirar a sua própria cutícula e, como na maioria das vezes não adotam os cuidados adequados, provavelmente poderiam estar se contaminando com a hepatite e transmitindo o vírus para suas clientes.

Por fim, o estudo realizado ainda apontou, que 74% das profissionais não tem imunização contra a hepatite B, embora a vacina esteja disponível para esta categoria profissional, gratuitamente pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Assim, como a saúde é dever do Estado e este é responsável, conforme estabelece a Constituição Federal em seu artigo 196, em garantir, mediante políticas sociais e econômicas, a redução do risco de doenças, com adoção de medidas efetivas no combate, inclusive, de doenças infecto-contagiosas buscando todas as suas formas de prevenção, dentre elas a criação de campanhas e divulgação de seus riscos de contaminação de doenças e cuidados a serem adotados para preveni-las.

Desta maneira, a prevenção da doença é sempre o melhor e mais eficaz meio de evitar a sua propagação, e, neste sentido, uma atitude correta a adotar pelos próprios freqüentadores destes locais é de levar, para sua própria segurança, o material de higiene para a manicure, evitando assim, qualquer risco de contaminação pelo vírus que causa a hepatite para ambos.

Assim, o foco desta campanha é abordar junto a estas profissionais que, na maioria das vezes desconhecem por completo os riscos de contágio da doença, todos os meios de prevenção que devem adotar para sua própria segurança, como o uso de luvas, manutenção de seus instrumentos de trabalho, como alicates, lavados com água e sabão, bem como esterilizados corretamente, além do uso de lixas e palitos descartáveis, sendo que todas as normas de higiene devem ser conhecidas e respeitadas nos salões de beleza.

Pelo exposto acima, propomos o presente Projeto de Lei, solicitando aos nobres Pares o empenho para a aprovação da presente proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 256/11

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Amor e Ação, do município de Içara.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Amor e Ação, com sede no município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

*Lido no Expediente*

*Sessão de 30/06/11*

#### JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente Amor e Ação, com sede no município de Içara, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade prestar assistência social, cultural e educacional a pessoas de ambos os sexos, sem discriminação de raça, religião, cor ou partido político.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

\*\*\* X X X \*\*\*